



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O IMPACTO DA BASE RELIGIOSA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONGD) NAS SUAS
ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

ESTUDO DE CASO DA LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

ANA MARTA NEVES FRANCISCO

JUNHO 2025



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O IMPACTO DA BASE RELIGIOSA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONGD) NAS SUAS
ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

ESTUDO DE CASO DA LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

ANA MARTA NEVES FRANCISCO

ORIENTADOR:

EDUARDO MORAES SARMENTO

JUNHO 2025



**Lisbon School
of Economics
& Management**
Universidade de Lisboa



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

***“Development without
spirituality is like a body
without a soul. Faith-based
values have always
underpinned the greatest
social transformations.”
– Desmond Tutu***

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

- CIVICUS- World Alliance for Citizen Participation
- FIO- Faith-Inspired Organizations
- LD- Leigos para o Desenvolvimento
- NGDO- Non-Governmental Development Organization
- ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
- WFDD- World Faiths Development Dialogue

RESUMO

Sob o título “O impacto da base religiosa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) nas suas abordagens de Desenvolvimento e Cooperação Internacional”, esta dissertação procura promover uma reflexão sobre a relevância dos princípios religiosos nas abordagens de desenvolvimento e cooperação internacional das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

Com o intuito de contextualizar o objetivo da presente investigação, inicia-se com um percurso teórico, sobre o panorama histórico e conceptual do conceito de desenvolvimento, cujo a essência se revela intrinsecamente relacionada com o conceito de religião. Este enquadramento, permite encurtar a distância que tem sido visível no debate teórico sobre as lentes religiosas nos estudos de desenvolvimento e cooperação internacional. A evidência desta relação é demonstrada através da análise da incorporação dos princípios religiosos nas abordagens de desenvolvimento promovidas por atores da sociedade civil, nomeadamente as Organizações Não Governamentais.

Recorrendo a uma metodologia qualitativa, complementada por uma análise documental, esta investigação baseia-se no estudo de caso de uma ONGD portuguesa: os Leigos para o Desenvolvimento. Esta organização evidencia o papel essencial dos princípios religiosos, sendo que, neste caso, como a espiritualidade inaciana molda as práticas de desenvolvimento e cooperação, promovendo um compromisso de longo prazo com as comunidades, de modo a sustentar um modelo de desenvolvimento integral centrado na dignidade humana e na transformação social.

Esta dissertação, procura contribuir para uma compreensão mais aprofundada da relevância das organizações religiosas na agenda do desenvolvimento e busca demonstrar a necessidade de considerar a dimensão espiritual não como um elemento separado, mas como uma componente estruturante nas práticas de cooperação internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, Religião, Cooperação Internacional, Organizações religiosa, ONGS, ONGDs

ABSTRACT

Under the title “The impact of a religious basis of Non-Governmental Development Organizations (NGDOs) on their approaches to Development and International Cooperation,” this dissertation seeks to promote reflection on the relevance of religious principles in Non-Governmental Development Organizations (NGDOs) approaches to development and international cooperation.

In order to contextualize the aim of this research, it begins with a theoretical overview of the history and concept of development, the essence of which is intrinsically related to the concept of religion. This framework makes it possible to shorten the distance that has been visible in the theoretical debate on religious lenses in development and international cooperation studies. Evidence of this relationship is demonstrated through an analysis of the incorporation of religious principles into development approaches promoted by civil society actors, namely Non-Governmental Organizations.

Using a qualitative methodology, complemented by document analysis, this research is based on the case study of a Portuguese Development NGDO: Leigos para o Desenvolvimento. This organization highlights the essential role of religious principles, particularly how Ignatian spirituality shapes development and cooperation practices, fostering a long-term commitment to communities and supporting an integral development model focused on human dignity and social transformation.

This dissertation aims to contribute to a deeper understanding of the relevance of religious organizations in the development agenda and seeks to demonstrate the need to consider the spiritual dimension not as a separate element, but as a structuring component in international cooperation practices.

KEYWORDS: Development, Religion, International Cooperation, Religious Organizations, NGOs, Development NGOs

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
1. Introdução	2
1.1. Objetivo	3
1.2. Identificação do problema de investigação	3
1.3 Linhas de análise do problema de investigação.....	3
1.4. Metodologia.....	4
1.4.1.Entrevista	5
1.4.2.Análise Documental	5
1.5. Estrutura da investigação.....	7
2. Enquadramento teórico.....	8
2.1. Desenvolvimento: A Génese e a Complexidade do Conceito de	
Desenvolvimento: Da Visão Económica à Abordagem Multidimensional	8
2.1.1. Abordagens e evolução histórica das definições do conceito de	
Desenvolvimento	8
2.1.2. A Génese e a Complexidade do Conceito de Desenvolvimento: Da Visão	
Económica à Abordagem Multidimensional	9
2.2. Religião	14
2.3. Religião e Desenvolvimento	15
2.4. Organizações Não Governamentais de Base Religiosa	17

2.4.1 O Despertar Progressivo para o Papel das Organizações Religiosas no Desenvolvimento	18
2.4.2. A Essência e a Influência dos Princípios Religiosos na Estrutura e Prática das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa	19
3.Breve contexto histórico das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento em Portugal	26
3.1 Apresentação do Estudo de Caso da ongd Leigos para o Desenvolvimento	32
3.1.1 Missão / Princípios/ Visão	33
3.1.2. Atividades / Projetos.....	35
3.1.3. Recrutamento/voluntários.....	39
3.1.4. Financiamento e Legitimidade	40
4. Conclusão	43

AGRADECIMENTOS

“Deus quer, o homem sonha e a obra nasce (Pessoa, 1934).”

Assim nasceu a presente dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me guiar em cada passo deste percurso académico e por ter despertado em mim, desde o primeiro dia que ingressei neste mestrado, o desejo de investigar o impacto da religião na esfera do Desenvolvimento e Cooperação Internacional

À minha família, amigos e membros da minha comunidade religiosa, agradeço pelo amor incondicional, pelo apoio firme e por acreditarem em mim, mesmo nos momentos de maior incerteza ao longo desta investigação.

Ao meu orientador, Professor Eduardo Sarmento, expresso profunda gratidão e acima de tudo pela paciência, disponibilidade e orientação constante neste percurso.

Às Professoras Susana Réfega e Ana Luísa, agradeço pela atenção, disponibilidade e incentivo para aprofundar este tema que me é tão especial mesmo não estando comigo diretamente nesta caminhada, mas cujo as suas contribuições foram valiosas.

À equipa de Divisão de Assuntos Bilaterais e de Ajuda Humanitária do Instituto Camões, agradeço pela abertura e por estarem sempre disponíveis por telefone ou por e-mail.

À Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, Leigos para o Desenvolvimento, em particular à Dra. Marta Horta e à Diretora Executiva Luísa Trindade, o meu sincero agradecimento pela gentileza e disponibilidade em participar nesta investigação, contribuindo para o alargamento do conhecimento sobre o papel da religião no desenvolvimento.

A todos, o meu sincero agradecimento. Esta obra também é vossa.

Romanos 11: 36: *“Porque Dele, e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém!”*

1. INTRODUÇÃO

Na agenda da Cooperação e Desenvolvimento Internacional, a religião tem emergido como um fator central, cada vez mais relevante. Uma dimensão progressivamente reconhecida, não apenas como um sistema de crenças pessoais, mas como um agente eficaz e promotor de desenvolvimento, capaz de mobilizar recursos, influenciar instituições e moldar a atuação de atores internacionais (Huntington, 1996).

Este fenómeno universal, que inclui crenças, práticas e a busca por um sentido transcendente, revela-se como uma força mobilizadora na resolução de problemas sociais da narrativa humana, mas também na promoção do desenvolvimento nas comunidades, constituindo um objetivo comum das grandes tradições religiosas (Tomalin, 2020).

Uma ética global, progressivamente incorporada pelos atores da Sociedade Civil, que visam enfrentar vulnerabilidades económicas e sociais de forma sustentável, integrando uma perspetiva religiosa que contribui para a construção de alternativas a longo prazo.

A dimensão religiosa é, desta forma, um elemento estrutural que permitiu abrir um novo caminho na visão e práticas de desenvolvimento.

Contudo, a relação entre religião e desenvolvimento, apesar da sua relevância, tem sido historicamente negligenciada no *mainstream* dos estudos de desenvolvimento. Foi apenas, a partir da década de 1980, que a interseção entre estes dois campos passou a ser reconhecida como área legítima de investigação no quadro da indústria de desenvolvimento, conforme destacam Swart e Nell (2016). Este vácuo teórico persiste, apesar do papel significativo que a religião desempenha, na realidade internacional.

Quando se desvia o olhar para algo tão central como a religião, um fenómeno que fornece sentido e propósito no mundo para a maioria das comunidades, torna-se de extrema importância, dado o vazio teórico, a subjetividade existente, a ignorância relativamente à necessidade de integração de análise e as práticas concretas de desenvolvimento que envolvem este fator, de assumir um compromisso de investigar de forma rigorosa o impacto que a religião exerce na concretização do desenvolvimento através dos atores envolvidos.

São precisamente esses atores, cuja raiz está na fé, que têm aberto portas para novas oportunidades de cooperação e reflexão, debate e parcerias. Sendo que os mesmos,

destacam-se, pela interligação desses dois fatores, religião e desenvolvimento, que caminham no mesmo sentido, influenciando-se mutuamente em prole de uma missão comum holística. Esta influência manifesta-se nos seus princípios. Estes atores são, entre outros, as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (Beek, 2000, p. 31).

1.1. Objetivo

Assim, o principal objetivo desta investigação é analisar e compreender o impacto da base religiosa nas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, particularmente nas suas abordagens ao desenvolvimento e cooperação internacional. Considerando que a fé influencia profundamente milhares de vidas e orienta ações coletivas (Beek, 2000), é fundamental não desconsiderar esta componente quando ao realizar uma reflexão crítica sobre o palco da governação mundial.

Esta análise busca explorar as raízes da interação entre religião e desenvolvimento, incorporadas nas ONGD de base religiosa, promovendo uma compreensão integrada e contextualizada do seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável.

1.2. Identificação do problema de investigação

Conforme Bell (1997), a investigação visa solucionar problemas concretos e ampliar o conhecimento existente. No âmbito deste estudo, o problema central a investigar é:

Qual o impacto da base religiosa nas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento nas suas abordagens de Desenvolvimento e Cooperação internacional?

Esta questão, será explorada através de um estudo de caso aprofundado da organização portuguesa Leigos para o Desenvolvimento, uma ONGD de base religiosa com atuação relevante no panorama nacional e internacional.

1.3 Linhas de análise do problema de investigação

A investigação será guiada pela questão central: de que forma a base religiosa impacta as abordagens de Desenvolvimento e de Cooperação internacional das ONGD? Para responder a esta questão, serão inseridos subtemas relativos à influência da fé na estrutura organizacional: missão, atividades e projetos, recrutamento de recursos humanos, legitimidade, beneficiários e fontes de financiamento.

O próximo capítulo, apresenta os procedimentos metodológicos adotados para alcançar o objetivo central desta dissertação.

1.4. Metodologia

Tendo em consideração a natureza do objeto de estudo, optou-se por uma investigação qualitativa de carácter explicativo. Este tipo de abordagem, permite compreender em profundidade os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e percepções, sendo especialmente apropriado para temáticas ainda pouco exploradas teoricamente. Ou seja, procura explicar as causas e efeitos de um determinado evento. Os métodos qualitativos, quando o objetivo é compreender questões de natureza social, possibilitam uma melhor observação do contexto e objeto de estudo (Yin, 1994).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), os estudos qualitativos possuem as seguintes características: A situação natural constitui a principal fonte de dados, sendo o investigador o instrumento-chave na recolha de informação; A preocupação inicial é descritiva, e apenas posteriormente analítica; O foco incide sobre todo o processo, abrangendo o que aconteceu, os resultados e os produtos; A análise é feita de forma intuitiva, reunindo-se as partes como num puzzle; O interesse recai sobre o significado dos fenómenos, procurando-se compreender o “quê” e o “porquê”.

No presente caso, pretende-se compreender o fenómeno da influência religiosa nas práticas de desenvolvimento de uma organização específica, através da análise das suas ações, discursos e documentos. A metodologia adotada permitiu captar a complexidade do fenómeno no seu contexto real.

Optou-se pela estratégia metodológica do estudo de caso, considerada particularmente eficaz para investigar fenómenos contemporâneos num contexto da vida real, sobretudo quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 1994). Esta abordagem permitiu desenvolver uma compreensão abrangente do caso em análise, incluindo as circunstâncias que moldam a atuação da organização.

Segundo Yin (1994) o estudo de caso é uma técnica que visa compreender de forma exhaustiva um processo, programa, evento ou atividade, através de uma descrição e análise detalhadas. A convergência do enquadramento teórico e a realidade empírica.

Para garantir a validação dos resultados, foram utilizadas duas técnicas principais de recolha de dados:

1.4.1. Entrevista

Foi realizada uma entrevista semiestruturada à diretora executiva, Doutora Luísa Trindade, da organização Leigos para o Desenvolvimento. A entrevista qualitativa permite recolher dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos, o que favorece a compreensão das interpretações que fazem da sua realidade (Bogdan e Biklen, 1994).

O guião da entrevista serviu como um instrumento de apoio, sem seguir uma estrutura rígida. Neste contexto, a entrevista não teve como objetivo o controlo do fenómeno, mas sim a obtenção de elementos interpretativos. Esta técnica complementou os dados recolhidos por meio da análise documental e da revisão da literatura.

1.4.2. Análise Documental

Paralelamente, foi realizada uma análise documental de relatórios institucionais, documentos oficiais e outras fontes relevantes da organização, como planos e relatórios de atividades. Esta técnica permitiu identificar narrativas e tendências relacionadas com o impacto da base religiosa na missão, visão e estratégias de intervenção da ONGD.

A análise documental revelou-se essencial para construir um panorama da organização e cruzar dados, contribuindo para uma triangulação metodológica, de modo reforçar, assim a validade interna do estudo.

A observação indireta, como técnica da análise destes documentos, a página web da organização, entrevistas realizadas à representantes da organização, permitiu uma contribuição relevante para a investigação, permitindo a obtenção de dados e captar o máximo de detalhes sobre o objetivo da investigação.

A conjugação destas duas técnicas, entrevistas e análise documental, enquadra-se no âmbito da investigação qualitativa, sendo particularmente adequada à análise de fenómenos sociais complexos de modo a abrir novas perspetivas de análise e aprofundamento teórico.

A escolha pelo estudo de caso qualitativo justifica-se ainda pela singularidade e especificidade da organização analisada, bem como pela relevância do seu enquadramento religioso para os objetivos da investigação.

O processo metodológico incluiu, numa fase inicial, uma revisão da literatura, que permitiu contextualizar teoricamente a interseção entre religião e desenvolvimento. Procedeu-se à seleção do estudo de caso, Leigos para o Desenvolvimento.

Contudo, limitações metodológicas relativamente a um estudo de caso único podem incapacitar a recolha de conclusões para um universo mais amplo. Porém, Yin (2005) afirma que a validade de um estudo de caso está na capacidade de contribuir para a generalização teórica, tal como revelado nesta investigação que busca confirmar as conclusões retiradas e das relações delineadas entre os conceitos ao longo do enquadramento teórico desta questão de investigação.

Yin (1994, p. 38): "a teoria especificou um conjunto de proposições, que se acredita serem verdadeiras. Para as confirmar, alterar ou acrescentar à teoria, pode existir um único caso que reúna as condições para testar a teoria".

A seleção da Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, Leigos para o Desenvolvimento, como organização central no estudo de caso nesta investigação fundamenta-se por assegurar a sua pertinência face ao objetivo da presente dissertação.

Do ponto de vista de relevância científica, os Leigos para o Desenvolvimento refletem uma expressão concreta de articulação de uma base religiosa entre fé e ação em prole do desenvolvimento sustentável através dos seus projetos e essência. Uma configuração que coloca esta organização particularmente com o perfil indicado de análise e investigação, com base na sua representatividade institucional e acessibilidade, de modo a compreender as dinâmicas e potencialidade do impacto das bases religiosas nas abordagens de desenvolvimento e cooperação internacional, refletindo de forma concreta nas suas práticas, metodologias e na relação com as comunidades onde intervêm.

Além disso, ao longo do percurso de investigação, os Leigos para o Desenvolvimento colaboraram com o processo de recolha de dados, fornecendo esclarecimentos sempre que necessário, o que permitiu a facilitação do acesso à informação institucional. Esta postura cooperante revelou-se fundamental para aprofundar a compreensão da sua missão, práticas e impacto no domínio da cooperação para o desenvolvimento, contribuindo de forma significativa para a qualidade da análise realizada.

1.5. Estrutura da investigação

A presente dissertação encontra-se organizada em três partes, articuladas de forma a dar resposta à questão de investigação.

A primeira secção compreende a Introdução, na qual se apresenta o tema da dissertação, a pertinência do estudo e a delimitação do problema de investigação. São igualmente definidos o objetivo da investigação e as respetivas linhas de análise. Segue-se a exposição da Metodologia, onde se descrevem os métodos qualitativos utilizados, justificando-se a escolha do estudo de caso e da análise documental como principais estratégias de investigação.

A segunda secção corresponde ao Enquadramento Teórico. Inicia-se com a análise do conceito de desenvolvimento, abordando a sua evolução histórica e os principais contributos teóricos que sustentam a sua compreensão contemporânea. Posteriormente, procede-se à reflexão sobre o conceito de religião, igualmente com referência à sua evolução histórica e às suas implicações no contexto social. Segue-se a análise da interação entre religião e desenvolvimento no âmbito da cooperação internacional, procurando evidenciar as interligações e as dinâmicas estabelecidas entre estas duas dimensões. Esta secção culmina com a análise das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, examinando de que forma estas entidades integram os princípios religiosos nas suas práticas de desenvolvimento e cooperação internacional.

A terceira secção é dedicada ao Estudo de Caso. Numa primeira fase, procede-se à contextualização histórica das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) em Portugal, que procura evidenciar a influência de matrizes religiosas no seu percurso evolutivo. Seguidamente, é apresentado o estudo de caso da Organização Não Governamental para o Desenvolvimento portuguesa, Leigos para o Desenvolvimento, analisando-se os seguintes aspetos fundamentais:

- Princípios/ Missão e Visão;
- Atividades e Projetos;
- Recrutamento/ Voluntários;
- Financiamento e Legitimidade;

Por fim, a Conclusão que sintetiza os principais resultados obtidos, busca responder à questão de investigação e reflete sobre o percurso de investigação realizado, demonstrando a importância da análise dos princípios religiosos no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento por meio de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. DESENVOLVIMENTO: A GÊNESE E A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: DA VISÃO ECONÓMICA À ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

Face à polissemia dos conceitos desenvolvimento e religião e à instrumentalização de que frequentemente são alvos, os próximos capítulos revelam-se como um compromisso, que busca demonstrar a essência destes dois conceitos em particular, através de uma encruzilhada teórica, que demonstra como os mesmos encaminham interligados numa lógica de “*religious engineering*” refletido no âmago do panorama das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento de Base Religiosa, na forma como, intrinsecamente, buscam a reformação, criação de respostas e abordagens legítimas perante os desafios que se colocam à Cooperação para chegar ao fim do Desenvolvimento.

2.1.1. Abordagens e evolução histórica das definições do conceito de Desenvolvimento

Diante do epílogo do pano de fundo atual das relações internacionais no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, segundo Klingebiel, Mahn e Negre (2016), é visível uma crescente proliferação e fragmentação de atores, intervenções, objetivos e modalidades. Apesar dessa multiplicidade de agentes e práticas, persiste um objetivo comum e transversal: alcançar uma realidade melhor, mais justa e equitativa, um ideal antigo, mas profundamente mobilizador, frequentemente sintetizado no termo “desenvolvimento” (Amaro, 2003).

Desenvolvimento, num mundo profundamente desigual de aparências, é o desfolhar de um novo capítulo que muitos ansiam ler e viver, não numa perspetiva de interesses e

de uma abordagem exaustiva de “*sticks and carrots*”, mas numa dimensão genuína de expansão de liberdade que o indivíduo possa usufruir, delineada por Amartya Sen (1999, p. 38).

Mais do que um conceito estático ou consensual, desenvolvimento revela-se como uma construção histórica multidimensional, cujas definições oscilam consoante o tempo, lugar, clima político, interesses em jogo, associando-se a um conjunto de lentes teóricas e práticas distintas.

Vieira e Santos (2012, p. 347-348) reforçam esta perspetiva ao afirmarem que: “O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de conceções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade, embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população”.

A um nível consensual, o termo desenvolvimento é um conceito universal e recorrente, reconhecido como um poder mobilizador de vontades de mudança e transformação de sociedades, protagonista nos discursos e debates académicos, mas o que realmente apresenta são traços abstratos, em torno de sobreposições do contexto social (Rist, 2007).

Contudo, analisar a construção, propósito e capacidade da cerne do conceito desenvolvimento, significa descobrir o seu verdadeiro sentido e conhecê-lo de uma forma mais completa num todo, de modo a perceber a evolução, ligação das suas abordagens com a perspetiva religiosa e como juntas avançam no tabuleiro internacional (Santos et al., 2012).

2.1.2. A Génese e a Complexidade do Conceito de Desenvolvimento: Da Visão Económica à Abordagem Multidimensional

Etimologicamente, a origem do conceito de “desenvolvimento” remete para a ideia de progresso, crescimento e transformação, um desdobramento gradual de potencialidades numa determinada realidade social, pressupõe à superfície um crescimento e evolução.

Uma premissa, incorporada nos primeiros usos do substantivo numa dimensão direcionada a uma abordagem dentro do espectro económico, associada à necessidade de

expansão por etapas progressivas, tornando-se um foco inicial e central na economia tradicional (Rodney, 1973).

Inicialmente, desenvolvimento era então visto como um sinónimo de acumulação de capital, de modo a realizar investimentos para um futuro melhor. Uma lógica mercantilista, pautada pela constante interligação do que a sociedade poderia oferecer, como bens e serviços, de acordo com o agir de agentes económicos e produtividade de trabalho.

Argumento que sustentou o modelo económico, para impulsionar o avanço da sociedade em termos de crescimento económico que, consequentemente, promoveria a qualidade de vida da população e automaticamente o alcance do desenvolvimento (Rist, 2003).

Uma abordagem complementada no período do Colonialismo, através do aparelho missionário que iniciam as raízes do desenvolvimento sociológico. Lunn (2009, p. 10) assume que “In the European colonial Era it was seen as the Christian duty to civilise and convert ‘backward’ peoples; some of the repercussions of this are still visible today”. Em particular, observa-se o impacto da religião no desenvolvimento, o imperativo à moralidade que reveste esta missão, na forma como não existe separação entre o material e o espiritual. Inspirado e centralizado no modelo de sociedade com base em valores, perspetivas e objetivos cristãos europeus, rapidamente iniciou-se uma difusão deste modelo, a herança ocidental (Fagan & Munck, s/ data).

A noção de desenvolvimento foi associada a uma lógica civilizacional eurocêntrica, que posicionava as sociedades ocidentais como modelo universal de progresso e racionalidade. Sob o pretexto de levar “civilização” às “terras selvagens”, o desenvolvimento tornou-se uma extensão do projeto colonial, legitimando intervenções religiosas, económicas e políticas (Garamond et al., 2012). A defesa por um bem maior, a colonização era vista como uma alternativa à escravatura, por meio do colonialismo. Vitor Hugo, no discurso de celebração, afirmava que:

“Make roads, make ports, make towns! Grow, cultivate, colonize, multiply! And on this land, ever clearer of priests and princes, may the divine spirit assert itself through peace and the human spirit through liberty (Victor Hugo, apud Rist 2003, p. 51)”.

A tentativa de definição de desenvolvimento traduz-se numa missão transversal que percorre um longo percurso teórico assente por diversos autores e escolas de pensamento de linha ocidental, que inicialmente adotaram uma perspetiva em que “Development was universal because of the conditions leading each economic expansion were universal (Rodney, 1973, p. 9)”.

A expansão de um paradigma ocidental como uma problemática universal foi fundamentada inicialmente por Adam Smith, que acreditava que o crescimento económico e a acumulação de riquezas eram sinónimos de desenvolvimento, pensamento contrastado com o desencadear de revoluções capitalistas por toda a Europa e com a incorporação de avanços técnicos (Pereira, 2007). A promoção do conceito de desenvolvimento está intrinsecamente associada à vertente económica, vinculada pelas revoluções e sistema capitalista que surgiram após o mercantilismo.

Desta forma, numa direção particular, desenvolvimento em termos económicos é “achieving sustained rates of growth of income per capita to enable a nation to expand its output at a rate faster than the growth rate of its population (Todaro & Smith, 2012, p. 14)”. Diante de todas as etapas e mudanças de produção, Karl Marx observa através de uma ótica diferente, sendo que identifica a génese de diferentes fases de desenvolvimento e classes ao longo do decorrer de todos os acontecimentos históricos (Rodney, 1973).

Desta forma, vários autores, através da sua conceptualização teórica, tentaram realçar, através de pequenos passos, o conceito de desenvolvimento, mas foi no período do pós-II Guerra Mundial em 1947, com um cenário de uma Europa desfragmentada, que fez com que surgisse a era de emergência de investir no projeto de desenvolvimento a nível internacional, escapar do escopo ocidental, com as ações internacionais de modo a ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e económico, tal como referido através do ponto quatro com o Discurso de Truman:

“We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. (Discurso de Truman, 1947, p. 4)”.

A primeira vez que o termo “em desenvolvimento” foi utilizado oficialmente, reformulando o pensamento e as formas de conceber e agir em prol desta nova realidade,

a dicotomia entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a hierarquia de desenvolver regiões.

Entre teorias da modernização associadas à crença de um desenvolvimento linear entre países em desenvolvimento até teorias de dependência, um percurso com altos e baixos foi traçado, o que resultou no surgimento de várias abordagens alternativas, de forma a perceber as principais razões de desigualdade e os principais obstáculos à distribuição equitativa que impediam o desenvolvimento justo de realizar-se (Pires, 2017; Pereira, 2007).

O panorama refletido consistiu num descortinar rápido de transformações, ajustes estruturais e institucionais que acontecem numa sociedade nacional que busca estar numa corrente de crescimento económico e produção gradual, dar um passo de baixo rendimento para alto, através de estratégias e esforços de eliminação de ameaças de forma a conduzir a um cenário de prosperidade nas diversas dimensões e um cenário de ascensão de conjugação coesa do alcance de interesses individuais a curto prazo num horizonte coletivo a longo prazo, lucros, salários, oferta de mais oportunidades e condições na proporcionalidade do todo societal (Pereira, 2007; Todaro & Smith, 2012).

Contudo, este modelo revelou-se profundamente limitado. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, verificou-se que o crescimento económico, por si só, não conduzia necessariamente à melhoria das condições de vida das populações. Melo (2022, p. 5) afirma que “o debate mais intenso sobre a ‘teoria do desenvolvimento’ se deu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente ligadas aos teóricos da escola liberal”.

Diante deste paradoxo, surgiram vozes críticas, como a de Dudley Seers (1969), que questionava: “O que estamos a tentar desenvolver?” Para Seers, o verdadeiro desenvolvimento deveria ser medido pela redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego, bem como pela ampliação das liberdades individuais e coletivas.

A partir da década de 1970, é impulsionada a chamada abordagem estruturalista e, posteriormente, a teoria da dependência, cujos principais autores, sobretudo latino-americanos, como Raul Prebisch e Celso Furtado, denunciaram a perpetuação do subdesenvolvimento como consequência direta da inserção desigual dos países periféricos na economia-mundo capitalista. Para estes autores, o desenvolvimento não

poderia ser compreendido fora de uma leitura crítica das relações de poder globais (Lopes, 2004).

A década de 1980 marca uma transição paradigmática. O reconhecimento de que não existe um único caminho para o desenvolvimento conduziu à valorização da diversidade cultural, da participação local e da sustentabilidade, tornando-se o paradigma dominante até a atualidade. Em 1987, o Relatório Brundtland (1987, p.8) determinou o conceito oficial de “desenvolvimento sustentável”, definido como: “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Este marco introduz, de forma institucional, a preocupação ambiental nas políticas de desenvolvimento, articulando dimensões económicas, sociais e ecológicas. Existindo o acrescimento de elementos institucionais.

Nos anos 1990, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é proposta uma nova abordagem humana de modo a necessidade de encontrar resposta para problemas associados à pobreza e exclusão social: o Desenvolvimento Humano, com base nos direitos individuais (Sangreman, 2004). Esta abordagem desloca o foco do crescimento económico para a ampliação das capacidades humanas, conforme proposto por Amartya Sen. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado nesse contexto, avalia o progresso não apenas pelo rendimento per capita, mas também pelos níveis de educação e esperança média de vida.

A Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) institucionaliza esta visão multidimensional, estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que vão desde a erradicação da pobreza extrema até à promoção da igualdade de género, passando pela saúde, educação e sustentabilidade ambiental. Esta tendência aprofundou-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em 2015, os quais reafirmam a centralidade da dignidade humana e da justiça social como fundamentos do desenvolvimento global.

Assim, as diferentes conceções de desenvolvimento, desde a sua vertente económica, até às abordagens centradas nos direitos humanos, na equidade e na sustentabilidade, não são apenas abordagens teóricas, mas constituem verdadeiras interpretações onde as ONGD de base religiosa reinterpretam segundo as suas raízes. Compreender a forma

como estas organizações incorporam tal concepção é essencial para avaliar o impacto da sua base religiosa nas práticas concretas de desenvolvimento de modo a responder à questão de investigação.

2.2. RELIGIÃO

Semelhante ao conceito de desenvolvimento, a religião é um conceito complexo e multifacetado, que não possui uma definição única, mas diversas tentativas de caracterização.

Neste capítulo, o foco não recai na definição da religião sob o seu espectro teológico ou hermenêutico, mas numa perspetiva funcionalista, de modo a compreender como religião e desenvolvimento estão interligados, influenciando a visão e a ação de atores internacionais, como as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa.

A compreensão da religião tem sido uma preocupação central para muitos sociólogos, dado que não se trata de um conceito uniforme, mas sim de um fenómeno que exerce grande influência na forma como as sociedades se estruturam, nomeadamente através da transmissão de valores morais. De forma abrangente, a religião pode ser entendida como um sistema de crenças, práticas e valores que interpretam o sentido da existência e a natureza do universo, frequentemente associado à crença em entidades divinas ou transcendentais (Clarke, 2006).

Originária do latim *religare*, a palavra religião reflete a ideia de “religar”, a necessidade da alma de se conectar a um ser superior, afirmando que a identidade individual se completa com o absoluto. Trata-se da sede constante pelo transcendente, para saciar o vazio do eu humano, um anseio do finito pelo infinito, através da consciência de valores superiores. Este conceito retrata a fragilidade humana e a necessidade de reconciliar a realidade natural com o sobrenatural como fonte de satisfação das necessidades humanas (Howerth, 1903).

Sob a perspetiva do sociólogo francês Émile Durkheim, a religião é um sistema complexo, composto por ritos e crenças que partilham uma característica comum: todas as religiões pressupõem uma classificação do real e do pensamento humano, normalmente dividida entre o sagrado e o profano. Esta divisão funciona como um mecanismo para encontrar respostas, estabelecendo um enquadramento simbólico e ético que orienta a vida e confere propósito. Segundo Durkheim (1982, p. 129): "A religion is a unified

system of beliefs and practices relative to sacred things, that is to say, things set apart and forbidden — beliefs and practices which unite into one single moral community called a Church, all those who adhere to them."

A religião, funciona como um motor que vincula um conjunto de atitudes e molda as interações sociais, baseadas na crença em poderes sobrenaturais sagrados, acompanhada de práticas relacionadas a uma profissão de fé. Abrange mecanismos que procuram melhorar as condições de vida (Kurti et al., 2004).

Considera-se a religião um agente intencional *sui generis* no desenvolvimento, uma vez que a base dos direitos humanos se encontra em escritos e ensinamentos espirituais, embora esta ligação seja frequentemente desconsiderada (Lunn, 2009). Nenhuma sociedade pode existir sem religião, que é eminentemente social e expressa realidades coletivas (Durkheim, 1995, p. 9). A crença determina comportamentos que fortalecem a coesão social e o senso de comunidade (Rist, 1997).

Para o teólogo alemão Schleiermacher (1779, p. 184), a religião é a sensibilidade e o gosto pelo infinito, enfrenta rótulos estabelecidos: “a práxis é uma arte, a especulação é uma ciência, a religião é a sensibilidade e o gosto pelo infinito.” Assemelha-se a uma mensagem que ultrapassa a realidade humana, temporal e contingente. As práticas associadas a este discurso permitem às pessoas construir a sua identidade em referência a estruturas institucionais para a sua organização (Clarke, 2006).

No século XIX, Max Weber, na sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, destacou a importância da religião como mecanismo de construção humana e de organização social. Weber refere que a religião pode produzir um determinado tipo de sociedade e atuar como motor de desenvolvimento. Na sua análise, o desenvolvimento europeu foi marcado pela crença na predestinação (noção calvinista), o que contribuiu para o desenvolvimento das estruturas económicas da Europa (Weber, 1905).

2.3. RELIGIÃO E DESENVOLVIMENTO

Por detrás de cada modelo de desenvolvimento e processo histórico, ou do desencantamento do mundo, estão raízes e motivações que condicionam a essência e a caracterização de cada elemento. Compreender o sucesso do modelo capitalista implica entender o impacto da religião, neste caso o protestantismo, na conduta racional orientada

para a economia. O zelo pelo trabalho, típico do *ethos* calvinista, está associado à ideia de agradar a Deus, tornando o sucesso económico um sinal de aprovação divina.

A adoção de determinada matriz religiosa influencia de forma estruturante a produção do desenvolvimento. Weber afirma que, atualmente, é o indivíduo que deve dar sentido ao mundo, à vida, à sociedade e à morte, assumindo a responsabilidade pela sua existência (Helferich, 2006, p. 399). O desenvolvimento capitalista pressupõe, assim, uma ação orientada para agradar a Deus. A filiação religiosa não é condição económica, mas pode surgir como resultado desta.

Apesar da sua relevância, o papel da religião nos estudos, práticas e discursos de desenvolvimento tem sido historicamente negligenciado e marginalizado. Em muitos estudos, a religião foi considerada irrelevante ou mesmo um entrave ao desenvolvimento, sendo um tabu que só recentemente tem vindo a ganhar maior atenção através de atores como as organizações não governamentais de base religiosa, que desafiam e inovam as abordagens teóricas e práticas no desenvolvimento internacional (Bompani, 2019, Beek, 2000).

Para Henningson, a religião oferece significado, ordem, comunidade e liberdade. Num contexto de desenvolvimento, pode contribuir para uma visão, método e exemplos a seguir, relacionados com a sobrevivência física e mental. Embora abstrato, o conceito de desenvolvimento, sob esta lente, está associado à esperança e conforto, sendo, por vezes, a única alternativa digna.

A importância da religião para o desenvolvimento é confirmada numa perspetiva integrada, como a de Thomsen (2017, p. 28), que afirma que “a religião, crenças e ideias podem tanto promover como bloquear a mudança. A sua ambiguidade demonstra a sua importância: pode ser facilitadora ou obstáculo ao desenvolvimento, mas nunca irrelevante”.

O maior contributo da religião para o desenvolvimento assenta no ensino de valores e princípios de uma “vida correta”, que, aplicados na ação, poderiam levar a uma superação do ciclo de acumulação de riqueza que mantém a pobreza e a opressão.

James (2009, p. 4) reforça que, historicamente a fé tem sido a motivação por detrás de grande parte do trabalho de assistência e desenvolvimento entre os pobres, influenciando também os métodos utilizados, como o recurso à oração.

A religião pode ter um papel opressor no contexto colonial, mas também é importante reconhecer a perspectiva holística, frequentemente ignorada, em que missionários religiosos impulsionaram transformações sociais.

Wilber e Jameson (1980, p. 468) argumentam que as abordagens ao desenvolvimento que não consideram a “base moral herdada da sociedade”, moldada pela religião, tendem a ser ineficazes.

O ressurgimento do interesse na religião na agenda de desenvolvimento ficou patente em 1998, com a criação da *World Faiths Development Dialogue* (WFDD), que reuniu atores internacionais de diversas religiões para refletir sobre a correlação entre religião e desenvolvimento e o impacto desta na formulação de políticas de cooperação para o desenvolvimento.

A religião está presente na percepção do ser humano sobre o progresso e o desenvolvimento, antes mesmo do surgimento dos discursos de desenvolvimento. Na perspectiva de Spies e Schrode (2020, p.6), o conceito de “*religious engineering*” refere-se a projetos ativos e conscientes de transformação social que utilizam recursos religiosos, como tradições, práticas, identidades e instituições. Estes projetos ultrapassam as atividades das organizações de desenvolvimento, ainda que estejam frequentemente ligados às suas ideias de desenvolvimento.

Para a compreensão destas duas esferas, desenvolvimento e religião, o foco particularizou-se no papel das organizações de base religiosa, como estas definem e abordam o desenvolvimento na sua estrutura organizacional, conforme será aprofundado no próximo capítulo.

2.4. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE BASE RELIGIOSA

Tal como a religião foi, durante muito tempo, um aspeto ignorado na abordagem ao desenvolvimento, foram também as organizações de base religiosa foram durante anos desconsideradas. Contudo, a compreensão mais eficaz dos impactos da religião no desenvolvimento torna-se visível na própria estrutura organizacional destas organizações. As Organizações Não Governamentais de Base Religiosa têm vindo a desempenhar um papel significativo na promoção do desenvolvimento, especialmente no cenário internacional, conjugando valores religiosos na sua constituição (Dowden, 2012).

2.4.1 O Despertar Progressivo para o Papel das Organizações Religiosas no Desenvolvimento

São atores, cuja relevância começa a ser progressivamente reconhecida, não só pelo papel vital que a religião desempenha na vida de muitas comunidades, como também pela constatação de que a presença religiosa pode implicar uma atuação mais eficaz junto das populações vulneráveis.

A contribuição da fé para o desenvolvimento começa, assim, a ser um capítulo lido e escrito com maior atenção, dado o reconhecimento crescente de que a religião é um elemento central na vida de muitas comunidades, não uma esfera separada do desenvolvimento, mas parte integrante do mesmo percurso (Tomalin, 2020).

Este despertar coletivo, tanto no campo científico como empírico, da correlação entre religião e desenvolvimento, levou à criação de iniciativas mundiais como o *World Faiths Development Dialogue* (WFDD), em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de promover o diálogo entre comunidades religiosas e instituições internacionais. Este diálogo constitui um marco na promoção da inclusão da fé no discurso do desenvolvimento e no discernimento da importância de criar e fortalecer parcerias entre atores religiosos e agências internacionais, como posteriormente dito (Mohd-Noor & Md Nawi, 2016).

Trata-se de uma mudança de paradigma na literatura sobre desenvolvimento, impulsionando atores da cooperação, acadêmicos e líderes religiosos a explorar mais profundamente o poder mobilizador da religião entre os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento (Marshall, 2001). O WFDD define:

“WFDD’s research uses the term FIO (Faith-Inspired Organizations) as an inclusive definition that includes any organization engaged in development work, broadly defined, whose mission and vision is inspired or guided by the teachings of a religious tradition or sub-sect, and organizations whose history is deeply rooted in such traditions. Within this diverse group, the role of religion in organizational missions or operations also varies: some organizations place religious propagation as central while they engage in social welfare work, and other organizations see religious values as simply undergirding more formal relief and development work. (Nathaniel Adams, 2015, p. 52)”.

Apesar de ainda haver caminho a percorrer para reconhecer esta alternativa religiosa, esta mudança de paradigma revela uma herança histórica como posteriormente refletido: as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa têm raízes em missões religiosas, especialmente católicas e protestantes. Antes mesmo da sua institucionalização formal, comunidades e indivíduos já eram movidos por sistemas de crença e ensinamentos religiosos que promoviam a necessidade de ajudar o próximo. A fé implicava (e implica) um dever moral de agir diante das necessidades, sendo esta expressão visível em várias religiões.

Grupos religiosos e indivíduos motivados por caridade e solidariedade espiritual têm providenciado, ao longo de milênios, cuidados materiais e conforto aos necessitados. Durante séculos, as religiões estiveram na vanguarda da educação e da saúde, tanto nos seus países de origem como em contextos internacionais, muitas vezes antes mesmo da existência de Estados providenciarem tais serviços. As sociedades missionárias europeias e norte-americanas dos séculos XVIII e XIX providenciavam ajuda humanitária, consolidando, simultaneamente, o evangelismo (Heist & Cnaan, 2016).

Foi no pós-Segunda Guerra Mundial que estas organizações ganharam um novo impulso: surgiram iniciativas como a CARE International, Christian Aid ou Church World Service. Segundo Ferris (2005, p. 315): “uma análise de 1953 revelou que 90% da ajuda pós-guerra foi providenciada por agências religiosas”.

Desde a década de 1980, assistiu-se à proliferação das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, motivada pela retração dos Estados na prestação de serviços sociais. O Banco Mundial reconheceu oficialmente o seu papel em 1998, através do *Development Dialogue on Values and Ethics*, alinhando-as com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Organizações de base cristã, em particular, passaram a ser vistas como um “valor acrescentado” no desenvolvimento, acordo com Petersen (2019) pela sua capacidade de acesso a populações vulneráveis, legitimidade junto das comunidades e motivação baseada na fé (Nordung, 2009).

2.4.2. A ESSÊNCIA E A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NA ESTRUTURA E PRÁTICA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE BASE RELIGIOSA

A nível da sua estrutura organizacional, os traços religiosos influenciam a organização, desde os serviços e até a tomada de decisões, orientadas por motivações éticas e valores enraizados nos ensinamentos espirituais.

De acordo com Koehrsen e Heuser (2019), estas organizações operam baseadas em valores religiosos, como compaixão e dignidade. A fé molda tanto a motivação como a prática das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, conferindo-lhes uma ética social distinta, muitas vezes inspirada em tradições de caridade e justiça

Não existe uma definição única de Organizações Não Governamentais de Base Religiosa. Dicklitch e Rice (2004) definem-nas como “atores não estatais com um núcleo religioso ou de fé na sua filosofia, adesão ou abordagem programática”. Já Berger (2003) caracteriza-as como organizações formais cuja identidade e missão derivam dos ensinamentos de tradições religiosas, atuando de forma voluntária e sem fins lucrativos, de modo a procurar o bem público.

Estas organizações fazem uma contribuição distinta para o desenvolvimento, baseada na fé, na presença em áreas remotas e na proximidade com os mais necessitados. As organizações cristãs de base religiosa surgem mais recentemente com um enquadramento semelhante ao de outras organizações da sociedade civil do século XX, partilhando uma estrutura administrativa híbrida entre crença religiosa e ativismo sociopolítico (Berger, 2003, p. 16). Embora seja difícil distinguir por completo estas organizações das suas congéneres seculares, o objetivo não é a separação total, mas sim compreender o que as torna únicas. São entidades híbridas, com práticas e metas de desenvolvimento semelhantes às das ONGs seculares, mas com uma motivação, cosmovisão e filosofia distintas, ancoradas na fé (Clarke, 2015).

De acordo com Koehrsen e Heuser (2019), as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa são organizações sociais com um enfoque no desenvolvimento, baseadas em valores intrínsecos a uma religião específica, frequentemente relacionadas com tradições religiosas de caridade e dignidade que moldam a sua ética social teológica. São, assim, organizações que, em grande parte, surgem de um passado histórico de ajuda aos mais necessitados, refletindo noções de compaixão, solidariedade e cuidado, centrais em quase todas as tradições religiosas.

Embora não sejam, propriamente, missionárias, estas organizações integram elementos de uma “engenharia religiosa”, atuando em diversas áreas que contribuem direta e indiretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Tsafé, 2018).

Destacam-se particularmente aquelas que, na sua essência, são Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, cuja principal finalidade é prestar ajuda humanitária e promover o desenvolvimento a nível internacional. Estas entidades são hoje visíveis no panorama dos doadores e parceiros de desenvolvimento. De facto, questões fundamentais para o desenvolvimento, como a justiça social, a educação, o bem-estar e o significado do progresso, estão no cerne das principais religiões, com raízes intelectuais e morais que remontam a milhares de anos (Marshall, 2001, p. 345).

Dentro deste espectro, é necessário compreender a diversidade de organizações religiosas, bem como a variedade nas suas características organizacionais e nas formas como integram a religião nas suas atividades. Algumas organizações permitem que a religião influencie profundamente cada aspeto da sua ação, enquanto noutras a fé serve mais como uma motivação subjacente. Segundo Clarke (2015) “In particular, faith shapes how NGOs design and implement their projects and programmes”. Assim, a espiritualidade e a prática religiosa não são elementos periféricos, mas sim centrais na conceção do desenvolvimento promovido por estas organizações. Esta centralidade também as torna eficazes em contextos nos quais outras organizações têm dificuldades em estabelecer contacto ou gerar confiança, dado que as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa frequentemente se encontram inseridas no tecido social e cultural local, atuando como parte integrante das comunidades.

A fé influencia profundamente a estrutura das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, desde a liderança até às políticas internas. Esta coerência entre identidade religiosa e ação prática é fundamental para a eficácia organizacional. A escolha de colaboradores e o desenho dos programas refletem muitas vezes valores religiosos.

Um dos maiores desafios é equilibrar esta identidade com as exigências dos financiadores, que por vezes impõem uma separação entre objetivos religiosos e de desenvolvimento. Apesar disso, para muitas Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, o desenvolvimento é inseparável da transformação espiritual.

A missão destas organizações varia: algumas integram uma dimensão espiritual no desenvolvimento (fortalecendo a relação dos beneficiários com Deus), enquanto outras incluem explicitamente a conversão como objetivo (proselitismo). A distinção entre desenvolvimento espiritual e proselitismo não é simples, existe um espectro complexo de interpretações. Em muitos casos, a identidade religiosa manifesta-se mais nos beneficiários a quem servem do que necessariamente na forma como executam os projetos (James, 2009).

A teologia das diferentes tradições religiosas influencia não apenas os objetivos, mas também os métodos de intervenção. Por exemplo, na tradição cristã, o desenvolvimento pode ser entendido como a expressão do “amor ao próximo”, com ênfase em valores como a compaixão, a justiça e a dignidade humana. Já em contextos islâmicos, conceitos como *zakat* (caridade obrigatória) e *waqf* (doações para fins sociais) moldam práticas institucionais de ajuda e solidariedade (Tsafé, 2018). A fé serve ainda como impulso para a ação. Assim, compreender como a fé influencia ou está integrada nos programas é essencial para entender o papel singular destas organizações no campo da cooperação para o desenvolvimento.

A teologia impacta a escolha de beneficiários, o design dos programas e as metodologias de atuação. Em muitas Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, a transformação espiritual dos beneficiários é vista como parte essencial do desenvolvimento (Miller, 2015).

Apesar da sua importância, as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa são frequentemente criticadas pela falta de dados sistemáticos que comprovem o seu impacto no desenvolvimento. Existe um vazio teórico em termos de "alfabetização religiosa" por parte das agências de desenvolvimento, assim como uma necessidade de melhoria da "alfabetização para o desenvolvimento" por parte das próprias Organizações Não Governamentais de Base Religiosa.

Adicionalmente, muitas destas organizações são acusadas de instrumentalizar o desenvolvimento para fins de proselitismo, o que pode alienar as comunidades que pretendem ajudar. Outro desafio é a dependência de financiamento governamental, o que pode comprometer a sua independência (James 2009).

As Organizações Não Governamentais de Base Religiosa enfrentam as principais críticas (James 2009):

- Falta de dados sistematizados sobre o seu impacto.
- Riscos de proselitismo, falta de divisão entre desenvolvimento e evangelização.
- Falta de “literacia religiosa” por parte das agências de desenvolvimento e “literacia para o desenvolvimento” por parte das próprias Organizações Não Governamentais de Base Religiosa.
- Dependência de financiamento governamental, que pode comprometer a sua independência.
- Outro desafio recorrente é o risco da instrumentalização do desenvolvimento para fins de evangelização. Quando o desenvolvimento é percebido apenas como um meio para converter comunidades, tal prática pode afastar os beneficiários e ser interpretada como intolerância. Tal como outras organizações com base ideológica, as ONGD de base religiosa devem equilibrar os seus princípios fundacionais com o respeito pelas crenças alheias, garantindo a ética e a aceitação dos seus projetos.

Thomas (2004) alerta para o risco de usar a fé para influenciar o conteúdo do desenvolvimento, em vez de apenas inspirar ações baseadas em amor e justiça.

As Organizações Não Governamentais de Base Religiosa são definidas como atores não estatais que apresentam um núcleo religioso ou espiritual na sua filosofia, composição ou abordagem programática. Estas organizações constroem-se a partir de princípios, tradições e práticas religiosas, referindo-se a discursos religiosos, figuras de autoridade espiritual ou conceitos religiosos para definir a sua identidade organizacional, atividades, fontes de financiamento ou grupos-alvo. Dentro deste espetro, há uma enorme diversidade, tanto em termos das características organizacionais como na forma como a religião se manifesta nas suas atividades: em algumas, a religião permeia todos os aspetos do trabalho organizacional; noutras, assume apenas uma dimensão de motivação moral e valorativa.

Existem várias tipologias de Organizações Não Governamentais de base Religiosas. Sider (2004) propõe uma classificação que vai de *faith-permeated* (fé presente em todos os aspetos) a *faith-secular partnership* (parceria temporária com organizações seculares). Clarke propõe uma classificação que inclui organizações *passive*, *active*, *persuasive* e *exclusive*, dependendo do grau de influência da fé na sua atuação.

No entanto, é fundamental reconhecer que a incorporação da fé no desenvolvimento deve ser realizada de forma ética, transparente e respeitadora da pluralidade. A manutenção da integridade religiosa não pode ser confundida com imposição de crenças. Este equilíbrio entre identidade religiosa e princípios universais de desenvolvimento é, de facto, um dos maiores desafios das ONGs de base religiosa, especialmente num cenário global crescentemente secular e multicultural.

Por outro lado, as Organizações Não Governamentais de Base Religiosa têm ganho destaque junto de doadores internacionais, pelo seu acesso privilegiado a comunidades marginalizadas e pela sustentabilidade das suas intervenções. A sua natureza híbrida, entre espiritualidade e ação, torna-as parceiras valorizadas na cooperação internacional.

Os doadores e parceiros necessitam de compreender as especificidades das Organizações Não Governamentais de Base Religiosa para estabelecer parcerias éticas e eficazes. Estas organizações, têm demonstrado uma capacidade singular para alcançar populações em contextos de pobreza extrema e em locais de difícil acesso para os governos. Como salienta Kumi Naidoo, da CIVICUS, "as organizações de base religiosa provavelmente proporcionam a melhor infraestrutura social e física nas comunidades mais pobres, pois igrejas, templos, mesquitas e outros locais de culto são pontos focais para as comunidades que servem". Confirmando esta relevância, o Banco Mundial observa que líderes religiosos e as suas instituições são frequentemente vistos como as mais confiáveis em países em desenvolvimento. As Organizações Não Governamentais de Base Religiosa destacam-se pela sua capacidade de mobilização em contextos frágeis e de difícil acesso.

Estes atores demonstram elevados níveis legitimidade junto das comunidades, especialmente em regiões como a África Subsariana, onde 82% da população confia mais em organizações religiosas (Green, 2020). Essa legitimidade facilita o acesso a populações vulneráveis e fortalece a coesão social.

A sua singularidade reside na conjugação entre motivações religiosas e ações de desenvolvimento, constituindo parceiros genuínos para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar dos desafios e críticas, a crescente colaboração entre Organizações Não Governamentais de Base Religiosa, agências de desenvolvimento e doadores evidencia o reconhecimento do seu contributo específico e indispensável para a construção de sociedades mais justas e solidárias.

Apesar destes desafios, as ONGD têm-se consolidado como atores relevantes no campo do desenvolvimento global. Trabalham em parceria com agências internacionais, fortalecem organizações locais de fé, especialmente no Sul Global, e destacam-se pela sua capacidade de mobilização e resposta em contextos frágeis. A sua identidade baseada na fé é o seu elemento diferenciador essencial, moldando atividades, agendas, estratégias de desenvolvimento e legitimidade junto das populações. Além disso, estudos do Banco Mundial mostram que, devido à sua fé, os trabalhadores destas organizações conseguem estabelecer laços comunitários mais fortes e duradouros com as comunidades (Partnership on Religion and Development, 2024).

A base religiosa de uma organização molda profundamente a sua estrutura organizacional desde a liderança, cultura interna, políticas de gestão, até às suas relações externas com parceiros e doadores. A clareza na identidade, crenças e valores permite uma maior eficácia organizacional. A fé pode ainda influenciar a escolha dos colaboradores: a consistência entre valores religiosos e o perfil dos membros contribui para a concretização mais eficiente da missão institucional (James 209)

As organizações de base religiosa têm uma longa história de envolvimento com os mais necessitados, refletindo a centralidade de noções como compaixão, solidariedade e cuidado, comuns a praticamente todas as religiões. Estas organizações são muito heterogêneas e englobam vários tipos organizacionais, como identificado por autores como Clark e Jennings (2015).

Geralmente, o seu financiamento provém de atores religiosos motivados, sendo frequente a colaboração com parceiros religiosos locais, como igrejas que partilham da missão central. O uso de discursos religiosos confere às suas práticas de desenvolvimento um carácter holístico, muitas vezes associado a uma “teologia do desenvolvimento” que

molda a ação e a visão de bem-estar comum, onde o desenvolvimento é também visto como um processo de transformação individual.

Muitas destas organizações, adaptam as suas agendas aos contextos locais, mesmo mantendo fidelidade aos ODS e às prioridades do desenvolvimento internacional. Como destacou Tomalin (2020), estas organizações sabem usar diferentes linguagens consoante o público, ora assumindo uma personalidade secular junto de organismos internacionais, ora comunicando em termos religiosos junto de comunidades locais, considerados como *“brokers of development”*.

As Organizações Não Governamentais de Base Religiosa desempenham um papel singular e complexo no campo do desenvolvimento. A sua origem enraizada em valores e tradições religiosas confere-lhes uma identidade própria, que influencia a missão, a estrutura organizacional, a forma de atuação e a relação com os beneficiários. Apesar dos desafios, como o risco de proselitismo ou a tensão entre fé e profissionalismo técnico, estas organizações continuam a demonstrar uma notável capacidade de mobilização, adaptação e impacto em contextos frágeis.

A fé e os princípios religiosos, longe de serem um obstáculo, podem funcionar como um motor ético e poderoso no desenvolvimento, desde que harmonizadas com princípios de respeito, inclusão e justiça social. Neste sentido, as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento de Base Religiosas são atualmente consideradas parceiros legítimos e estratégicos na construção de um mundo mais solidário e sustentável.

São atores centrais no desenvolvimento e na ajuda humanitária. Questões fundamentais no mundo do desenvolvimento, como justiça social, educação, bem-estar e o sentido de progresso, são também preocupações essenciais nas grandes religiões, com raízes intelectuais e morais (Marshall, 2001, p. 345). Dentro deste campo, a religião influencia diversos aspetos: desde os objetivos, missão, programas e até os mecanismos de financiamento.

3. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL

A evolução das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) em Portugal, é um capítulo dentro do Terceiro Setor que abrange o largo espectro de

organizações sociais e de práticas, sem fins lucrativos e orientadas por objetivos sociais, públicos e coletivos (Quintas, 2014).

Um percurso histórico inerrante com raízes assentes na tradição de solidariedade e caridade promovida pela Igreja Católica ao longo dos séculos através da atividade missionária, sendo esta a semente que impulsionou a criação de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).

Desde a Idade Média, a prática da caridade cristã serviu como fundamento para a criação de diversas instituições destinadas a auxiliar os mais necessitados, refletindo o compromisso espiritual de aproximação a Deus através do auxílio ao próximo.

As obras sociais sempre foram uma preocupação central do cristianismo na arena pública, tendo como a linha predominante a relação entre fé e obras.

O reflexo desta premissa remota ao séc. XV com o surgimento das Misericórdias, albergarias, mosteiros e confrarias muitas delas ligadas a ordens religiosas, que adotaram uma perspetiva espiritual na sua ação contra a pobreza da época. Estas organizações desempenhavam múltiplas funções, oferecendo uma variedade de serviços de assistência, distinguiram-se por promover não somente a devoção religiosa, mas também o apoio social. Segundo Baião (2016, p. 57) “mantiveram, ao longo dos anos, a assistência caritativa e religiosa, albergaram os peregrinos e cumpriram com os rituais no enterro aos mortos sem família ou com reduzidas condições financeiras.”

Com o advento do Liberalismo no século XIX, verificou-se uma transformação significativa no panorama português. Surgiram então associações de trabalhadores, de Socorro mútuo, entre outros. As organizações do terceiro setor sempre condicionadas as políticas dos governos, foram alvo de várias tentativas de laicização no início do século XX, contudo as estruturas católicas continuaram a coexistir com entidades laicas e mistas no domínio da assistência social.

Durante o Estado Novo, o regime adotou uma postura de desconfiança em relação às organizações da sociedade civil, especialmente mutualidades e cooperativas, consideradas de orientação coletivista. O Estado procurou controlar a atividade das associações, tentou destituir órgãos diretivos, ativistas foram alvo de perseguição, e tentativas de extinção de algumas associações e integrando outras nas instituições corporativas criadas, como as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores. Apesar das

restrições impostas, a Igreja manteve um papel preponderante no apoio aos mais carenciados.

Até 1974, é possível observar a existência da consolidação de pegadas de solidariedade em rumo à mudança social através de movimentos missionários e movimentos de libertação no período colonial, apesar dos obstáculos e dos impedimentos ao longo deste percurso o vínculo destas organizações e a base religiosa continuava

Era visível a atuação de pelo menos três organizações já antes do 25 de abril, com práticas diferentes e distintas das ONGD, mas que realizavam as suas ações no âmbito da ajuda humanitária como a Sociedade da Cruz Vermelha, a Cáritas Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian (Pessanha, 2019).

Mas foi com o final da ditadura salazarista que se inicia o desenrolar oficial do paradigma formal Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

Em maio de 1974 pouco após a Revolução de 25 de Abril, foi fundado a primeira Organização Não Governamental para o Desenvolvimento: o Centro de Informação e Documentação Anticolonial (CIDAC).

Esta organização, emergiu da luta pela liberdade e justiça durante a ditadura do Estado Novo, atuando inicialmente através da produção e distribuição de informação clandestina contra a guerra colonial. O CIDAC dedicou-se a informar a sociedade portuguesa sobre as questões coloniais, apoiando os movimentos de libertação e promovendo a descolonização (Pereira, 2004). A primeira Organização Não Governamental para o Desenvolvimento a criar um senso de urgência pelo entendimento “por promover um desenvolvimento internacional” que impulsionou um desencadear até 1984 de outras ONGD nas esferas sociais, religiosas, associativismo juvenil que se destacavam pelos seus fins de cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária ou educação para o desenvolvimento. O período dos anos 80 foi então marcado por uma proliferação deste tipo de organizações possivelmente, pela esperança coletiva que estas organizações demonstravam ser mais eficientes no alcance e na resolução das necessidades. Um quadro de um dinamismo renovado na participação cívica dos cidadãos em diversas áreas, incluindo a solidariedade e a ação humanitária, complementado com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (Melo, 2013).

Um marco fundamental neste percurso foi a 23 de março de 1985, a constituição da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, composta inicialmente por 13 organizações (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

Esta associação privada sem fins lucrativos surgiu da necessidade de as ONGD se posicionarem como interlocutoras privilegiadas junto do Governo português e de instituições supranacionais na construção de políticas de desenvolvimento e cooperação (Mundo Crítico, 2019). A visibilidade da importância destas organizações aumentou pela realização destas serem um instrumento crucial para o fortalecimento e desenvolvimento de democracias.

O reconhecimento formal das ONGD pelo Estado Português ocorreu com a publicação da Lei n.º 19/94, de 24 de maio. Este diploma definiu o estatuto das ONGD, estabelecendo os princípios gerais, objetivos, áreas de atuação e formas de colaboração e agrupamento destas organizações. Posteriormente, a Lei n.º 66/98, de 14 de outubro, veio redefinir legalmente este estatuto, consolidando o enquadramento jurídico das ONGD em Portugal.

Em 1998, foi estabelecido o enquadramento legal das ONG, passando a definir os objetivos a nível da conceção e execução de programas execução e o apoio a programas e projetos no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, da assistência humanitária, da ajuda de emergência, da proteção e promoção dos direitos humanos e da sensibilização da opinião pública para estas temáticas.

Sendo que, em 1999, dá-se a consolidação da plataforma das Organizações Não Governamentais ao ser constituída como associação de âmbito nacional com personalidade jurídica e sem fins lucrativos com um papel fundamental, para a Cooperação portuguesa, um pilar organizado da sociedade civil com uma Missão, Visão, Objetivos específicos de ação, de conjunção de rumos orientadores seja mais para a prestação de caridade ou de estudos mas com a mesma sede de trabalhar na área de cooperação e participar em ações de instâncias internacionais, procurando cada vez mais impulsionar dar visibilidade e o diálogo às ONGD e ao trabalho que as mesmas poderiam desenvolver com os cidadãos e instituições do Estado, aumento a reflexão nacional e internacional da sociedade civil (Rebola, 2004).

Os anos que seguiram foram marcados por esforços e investimentos em promover o trabalho das ONGDS nacionais seja em seminários, seja em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento com outras ONGDS nacionais.

Destaca-se a colaboração entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), que se intensificou no início do século XXI, resultando em avanços significativos na cooperação para o desenvolvimento através da elaboração de políticas, estratégias e planos de ação e programas nos projetos de cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária (Plataforma das ONGDS, 2014).

Em outubro de 2001, o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) estabeleceu formalmente uma linha de cofinanciamento destinada a apoiar projetos de ONGD na área de desenvolvimento esta iniciativa visava fortalecer as atividades das ONGD e promover uma cooperação mais eficaz e sustentada (Carvalho, 2018). Esta iniciativa de financiamento permite a racionalizar as intervenções, contribuições gerais, apoio a programas e fundos comuns bem como a mobilização de peritos e outra assistência técnica de modo a contribuir para o impacto da Cooperação Portuguesa diante dos desafios que se colocam à promoção do desenvolvimento.

Resultante da fusão entre o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), segue-se uma fase de estruturação, a consolidação da Cooperação Portuguesa com a criação da agência de Cooperação Portuguesa (IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), instrumento central na coordenação da política de Cooperação para o Desenvolvimento. Adota uma lógica de atuação conjunta de modo a incentivar cada vez mais a participação cívica e económica. Estrutura-se mais uma segunda linha de financiamento

Em 2012, dá-se a fusão entre o Instituto Camões e o IPAD, um momento de apreensão sobre esta nova dinâmica na forma como iria moldar o futuro da Cooperação, como estes dois pilares, a promoção da Língua Portuguesa e os objetivos da Cooperação iriam caminhar de mãos dadas.

A evolução do setor das ONGD em Portugal, é marcado por tentativas constantes de abrir caminho em prole da consolidação do impacto das ações de cooperação para o Desenvolvimento internacional assente na promoção da dignidade humana e confiança,

seja através da comunicação, seja pela promoção entre a proximidade com empresas do setor privado, assegurando cada vez uma maior visibilidade através de parcerias em conjunto para erradicar obstáculos.

A trajetória histórica das ONGDs de base religiosa em Portugal evidência uma continuidade de valores e práticas de solidariedade enraizadas na tradição cristã, um mutualismo consolidado e visível em simultâneo com o decorrer de acontecimentos. A História da Sociedade Civil Portuguesa evidência claramente como a base religiosa é um fator que prevalece, independentemente da sua conjuntura contraditória, com mistura de estruturas, e instituições, projetos, mas como existe uma linha que prevalece e influencia o nascimento destas instituições e a forma como atuam.

“As ONGD têm a sua origem ligada a uma diversidade de motivações em que se destacam o espírito humanitário, a participação na sociedade civil, o movimento anticolonial no antigo regime, as raízes subjacentes à Igreja Católica e, em menor número, a influência dos partidos políticos (Ribeiro & Marques, 2002, p. 2)”.

Um compromisso entre as raízes religiosas e cooperação que brotam em organizações não governamentais para o desenvolvimento, na frente da agenda 2030 pelo desenvolvimento sustentável internacional.

A religião tem sido um motor de coesão social, as organizações e religião tem influências positivas em formar laços de solidariedade e confiança no Estabelecimento de um Estado Democrático

Atualmente o setor das ONGDs em Portugal é como uma ponte entre o Estado e a Sociedade Civil que permite abrir portas para uma realidade cada vez mais inclusiva, participativa permitindo ampliar os alicerces dos direitos humanos além fronteira numa contemporaneidade que quer fechar as mesmas, através de narrativas autoritárias como alternativas de defesa do interesse publico comum.

O que demonstra, a necessidade de analisar e trazer à superfície a leitura da importância de refletir em particular sobre a estrutura organizacional, essência das ONGD e como estas através de base religiosas contribuem para a harmonia social, como o caso dos Leigos para o Desenvolvimento.

3.1 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO DA ONGD LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Os Leigos para o Desenvolvimento são uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento portuguesa, que nasceu em 1986, com raízes católicas. A sua atuação é fundamentada por valores cristãos que orientam os leigos missionários e os voluntários qualificados. O seu principal objetivo é promover o desenvolvimento integral em países em desenvolvimento de expressão portuguesa e em Portugal, contribuindo para o objetivo de desenvolvimento sustentável.

Com vista à capacitação e empoderamento de pessoas e comunidades, o seu foco está nas áreas associadas à Cooperação para o Desenvolvimento, como: dinamização e organização comunitária, formação e educação, empreendedorismo e empregabilidade, capacitação de agentes locais, promoção do voluntariado e pastoral, destacando-se assim há mais de 35 anos na lógica de capacitação e sustentabilidade dos projetos implementados no terreno.

O trabalho no terreno é feito através de voluntários que permanecem pelo período mínimo de um ano como facilitadores e agentes de desenvolvimento, privilegiando a relação, a parceria, o conhecimento local, a simplicidade de meios e a capacitação, sendo assim criada a possibilidade de autodesenvolvimento e dinamização das comunidades. Para além do tempo de missão e dos projetos e serviços desenvolvidos, este período é para os seus voluntários e beneficiários, uma forma de contribuir para o contacto eclético cultural, de respeito e valorização das diferentes culturas e de participação cívica.

Na base e por detrás das motivações que levaram à criação dos Leigos para o Desenvolvimento encontram-se as raízes de dimensão espiritual inaciana, valores que demonstram como “a dimensão espiritual é parte constituinte e essencial do ser humano”.

A espiritualidade inaciana é o pano de fundo dos LD, sendo que faz parte da integração humana e espiritual. É compartilhada a visão de que a vida espiritual não se pode resumir a momentos de oração ou de sacramentos, mas implica também identificar-se com os ensinamentos cristãos, procurar e encontrar a sua vontade em todas as coisas, incluindo a esfera do desenvolvimento e da cooperação internacional. Um caminho que faz crescer no serviço e no compromisso que Deus requer. É defendido que o ser humano é criado à

imagem e semelhança de Deus, então um dos princípios fundamentais é a dignidade; a fé nesta doutrina implica cuidar e comprometer-se com a justiça.

Desta forma, diante desta doutrina, os “leigos” são agentes que têm uma missão necessária iluminar a caminhada das comunidades locais onde estão inseridos . Além da participação na comunidade eclesial, é atuar nos ambientes sociais onde está inserido e partilhar as boas novas, , semeando os valores solidariedade e da justiça, empenhando-se decisivamente na construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Uma ação que contribua para a promoção da apologética e da justiça.

Um pano de fundo que molda a experiência e os valores do Padre Jesuíta António Vaz Pinto, direcionado ao desejo da criação dos LD, não apenas como uma visão, um horizonte, mas como uma realidade eficaz. Entre avanços e recuos, incertezas, e um caminhar entre as dioceses da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, estabelece-se formalmente em 1986 como uma organização de ajuda ao desenvolvimento, criando várias missões e projetos, com uma abordagem que tem impactado essas comunidades. A cerne da ação dos LD é direcionada pela matriz inaciana, numa ação centrada na gratuidade, na simplicidade e na pobreza, de modo a revestir a sua governação e tomadas de decisão.

3.1.1 Missão / Princípios/ Visão

Desta forma, a missão é revestida de religião e não é apenas a promoção do desenvolvimento integral das comunidades, mas é também, segundo os estatutos da organização, uma das formas de realizar desenvolvimento com base na adoção desses princípios por parte dos voluntários missionários qualificados, através da sua intervenção como testemunho (Leigos para o Desenvolvimento, 2023). Não se trata apenas de intervenção, mas o testemunho destes princípios tem como objetivo conduzir a um desenvolvimento a longo prazo, distinguindo assim a atuação dos Leigos de outra organização sem base religiosa. Quando questionada sobre o que distinguia a atuação de uma ONGD sem base religiosa, a Doutora Luísa Trindade respondeu: “O modo de atuar dos LD é muito particular, uma vez que assumimos uma intervenção de longo prazo, o que nos coloca a trabalhar com uma comunidade por períodos de aproximadamente 10 anos. Por outro lado, o facto de trabalharmos com voluntários que vivem em simplicidade e pobreza, e junto das comunidades com quem trabalhamos, coloca-nos numa posição de

maior proximidade e de conhecimento mais profundo sobre a realidade e o contexto em que se implementam os projetos, permitindo uma maior aproximação às pessoas e às comunidades, permitindo uma realização de mudança a partir de dentro. No entanto, acho que estes são fatores distintivos da nossa forma de trabalhar, mais especificamente inaciana do que católica. Penso inclusive que nos distingue de outras organizações de base católica, e não católica”.

A matriz inaciana não é apenas um credo; é um modo de viver a fé, a busca pelo “magis” o maior bem possível, profundidade e generosidade assente na fé, na justiça e no serviço ao outro, o compromisso com a transformação social através da fé vivida em ação. As responsabilidades neste campo são práticas e concretas; não produzem apenas documentação doutrinária sobre o assunto, mas procuram, dentro das suas possibilidades, enviar pessoas concretas para o terreno, criar projetos específicos, denunciar, proteger e acolher. Promovem a melhoria das estruturas para o desenvolvimento e das condições de vida das comunidades onde se encontram.

São inúmeros os exemplos que se poderiam apontar da intervenção da Igreja em prol do desenvolvimento. A Doutrina Social da Igreja está na base deste tipo de ação e desenvolvimento sustentável, sendo que a satisfação das necessidades do outro depende de cada um enquanto for capaz de restituir dignidade e humanidade. Uma diferença distintiva começa pela abordagem ao próprio desenvolvimento. O desenvolvimento global necessita primeiro do desenvolvimento do ser humano em todas as dimensões que o constituem.

Esta base influencia de imediato as abordagens de desenvolvimento e cooperação internacional, visto que o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, ou seja, “promover todos os homens e o homem todo” (Paulo VI, 1967: nº 1).

Sendo que as suas abordagens são condicionadas pela sua base religiosa, direccionam-se a um horizonte de desenvolvimento com base num espírito de Gratuidade, Responsabilidade e Participação como fatores determinantes para a construção de um mundo mais justo e solidário.

A sua ação, pautada pelos valores inacianos, demonstra que os LD, para realizar desenvolvimento, estão numa atitude de disposição e submissão ao serviço do

desenvolvimento de comunidades e povos mais fragilizados. Buscam sempre, com um background iniciano, a autonomização e capacitação destas mesmas comunidades, tendo fé nas suas capacidades.

A fé implica um dever moral, e o objetivo dos Leigos é tornar mais prática, para as comunidades locais, a utilização dos recursos, de modo a estimular a inovação e a criatividade.

3.1.2. Atividades / Projetos

A sua atuação é caracterizada pela simplicidade e impulsionada pelo objetivo de lançar raízes profundas que, mesmo que ainda não sejam visíveis, possam servir de base sólida para os próximos anos (Plano de Atividades dos LD, 2024).

Existe um foco no envolvimento das comunidades no seu próprio processo de desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento das suas capacidades e competências. As suas missões e grupos comunitários procuram reforçar esse propósito através da promoção de projetos comunitários, inseridos em diversas dinâmicas locais.

As atividades dos Leigos para o Desenvolvimento estão organizadas em torno de cinco eixos estratégicos:

1. Projetos e Áreas de Intervenção
2. Voluntários
3. Estrutura Humana de Base
4. Mobilização de Recursos e Sustentabilidade
5. Comunicação e Representação Institucional

Contudo, estes projetos não seriam eficazes sem o apoio das Dioceses e Paróquias locais. Quando questionada sobre os principais parceiros na implementação dos projetos, a resposta foi:

“As Dioceses e Paróquias, mas também todos os atores, incluindo igrejas de outros credos, o Estado, as autoridades locais que trabalham ou residem na comunidade onde se realiza a intervenção”.

Estes parceiros são fundamentais, pois um dos objetivos estruturantes da organização é promover uma abordagem territorial de proximidade dentro da comunidade. Assim,

procura-se mobilizar atores da sociedade civil com uma identidade comum, orientada pela solidariedade e pela ação partilhada. Esta visão conjunta visa construir um modelo de desenvolvimento holístico, onde o trabalho em parceria contribui para a coesão dos laços e o fortalecimento da ação.

A eficácia da intervenção dos Leigos para o Desenvolvimento decorre, em grande parte, da criação de relações horizontais de confiança, num nível interpessoal que gera corresponsabilidade e compromisso por parte de todos os atores envolvidos. Trata-se de uma verdadeira "arte de associação" que permite realizar intervenções e implementar projetos com foco no bem local e comunitário, alicerçados em valores morais oriundos da perspetiva religiosa inaciana. Esta matriz orienta as ações e confere uniformidade e zelo à atuação dos voluntários.

Um exemplo paradigmático da sua abordagem é o Fórum Comunitário, projeto base de intervenção dos LD, no qual se reúnem todos os atores da comunidade: associações de base local (formais e informais), instituições do Estado (polícia, saúde, escolas, administração), e igrejas de vários credos. O objetivo é, em conjunto, identificar as necessidades sociais prioritárias da comunidade e construir respostas eficazes.

Tal como afirma a Dra. Luísa Trindade, quando questionada sobre os benefícios destas parcerias com entidades públicas e organizações de diferentes confissões religiosas, a resposta foi: “Os benefícios são, acima de tudo, garantir representatividade e o envolvimento de toda a comunidade. Também o alcance das várias igrejas nas suas comunidades religiosas leva a que o conhecimento e o envolvimento nos projetos possam atingir uma maior escala”.

Estas parcerias fundamentam a participação e valorizam o capital social gerado pelas dinâmicas de *bonding*, *bridging* e *linking* entre entidades públicas, grupos inter-religiosos e os próprios Leigos. A eficácia dos projetos deriva, assim, deste esforço coletivo e colaborativo em prol do desenvolvimento local das comunidades.

Ao ser questionada sobre de que forma a atividade de cariz religioso influencia os grupos-alvo, a resposta da Dr^a. Luísa Trindade foi:

“Acho que pode influenciar no exemplo de respeito inter-religioso. Perceber que colocamos o trabalho e a responsabilidade nas mãos de várias pessoas de diferentes credos mostra que podemos – e devemos – trabalhar em conjunto para atingir o bem comum.

Isso pode ter um impacto positivo na construção de uma visão menos polarizada do mundo”.

A atuação dos Leigos para o Desenvolvimento fundamenta e concilia a participação local, com o intuito de desenvolver projetos que respondam às necessidades socioeducativas das comunidades, promovendo a capacitação, dinamização e autonomização das populações, em torno de um território e de uma identidade comunitária específica.

Visível na matriz da sua atuação e do erguer dos seus projetos, São Tomé e Príncipe foi o berço das primeiras missões na Roça da Vista Alegre, com apenas seis voluntários que iniciaram um percurso promissor com foco na área da educação, a nível social e de saúde. Diante das realidades dessas periferias, os Leigos demonstravam, através das suas abordagens ao desenvolvimento, um início de raio de esperança e mudança de paradigma. Com o Programa de Desenvolvimento Comunitário da Boa Morte, reuniu-se a interligação de todos os atores envolvidos, de modo a promover a discussão, partilha de experiências, recursos e resolução de problemas das comunidades. Juntos, buscam a criação de linhas de desenvolvimento no bairro local, seja através do turismo, seja por meio de diversos projetos recreativos, como o projeto “PreReciar o Bairro”, apoiado pelo Instituto Camões e pela Fundação Gulbenkian (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

Além disso, e com vista à promoção de melhor imagem e qualidade de vida, os LD criaram o projeto “Bairro Limpo (Luxan Non Limpo)”, que assenta na recolha de resíduos como forma de criar mecanismos e modelos eficientes de recolha de lixo. Os LD também se preocupam com a cultura, desenvolvendo representações teatrais com base em textos portugueses, numa fusão entre duas culturas(Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

Em Moçambique, com apoio dos Jesuítas, os LD responderam ao pedido de auxílio na reconstrução do país em várias regiões. O foco foi essencialmente na educação e em projetos de alfabetização, bem como na área da saúde. O projeto de destaque dos LD em Moçambique são claramente as “Escolinhas”, uma rede diocesana de jardins de infância comunitários em zonas rurais, geridos pela comunidade local, abrangendo 14 comunidades. As “Escolinhas” permanecem nas comunidades, acompanhando o desenvolvimento das crianças. Não se trata apenas de esperar pela receção de ajudas, mas

de capacitar as próprias comunidades para que façam algo por si mesmas (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

Em Angola, os LD iniciaram um trabalho em Benguela, deslocando-se para os bairros periféricos, com projetos de educação, empreendedorismo e promoção da mulher. Criaram diversos projetos na área da educação, seja para adultos (como o projeto de alfabetização), seja para crianças, como o Espaço Criança, o Projeto Eponlongo Lyukay e o Grupo Comunitário do bairro da Graça — todos eles automatizados com parceiros locais. Vários projetos com jovens têm sido desenvolvidos de modo a conscientizar e capacitar futuros líderes, para que possam tentar resolver os problemas das suas comunidades através do planeamento de iniciativas, e também buscam promover a inserção dos jovens na vida ativa. (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

Após um capítulo de guerra, feridas não saradas e muita fragilidade, Timor-Leste começou a dar os primeiros passos num horizonte traçado pela recente independência. Os LD chegaram ao território comprometidos em fortalecer e criar pilares para esse recomeço, em 2000, juntamente com organizações locais e em alinhamento com as prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste: educação e combate à pobreza (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

Com as prioridades definidas, foram criados vários projetos em comunidades, visando dar resposta às necessidades expressas nesses dois setores, desde uma ludoteca como aulas de ensino primário, até ações de formação de professores, promovendo a autonomia dos mesmos. No que diz respeito à pobreza, o foco foi dar apoio à conceção de projetos empresariais e à capacitação de novos empresários. (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

A realização de missões de desenvolvimento em Portugal surgiu depois do convite do Provincial dos Jesuítas para as freguesias da Caparica e do Pragal, com o objetivo de empoderamento comunitário e da integração de migrantes, através de programas estruturados em torno da coesão social. (Leigos para o Desenvolvimento, s/ data).

OS LD onde estão inseridos são vistos como parceiros chaves para os atores locais, uma vez que, potenciam o desenvolvimento local a longo prazo num compromisso assente numa fidelidade á sua missão e criatividade de modo a promover a sustentabilidade

3.1.3. Recrutamento/voluntários

Os Leigos para o Desenvolvimento não conseguiriam ter esta eficácia ao realizar desenvolvimento se não fosse pelos funcionários e voluntários comprometidos ao colocar-se ao serviço das comunidades e povos vulneráveis. Sendo que, apesar de ter a mesma crença religiosa, não ser um requisito de entrada, “mas de saída”, segundo Luísa Trindade.

Além disso, Mariana Matos, tesoureira da Organização, afirma numa reportagem ao canal Agência Ecclesia que:” alguém no início da formação esteja aberto ao caminho de, no final, dar a cara por uma organização católica. O voluntário no terreno representa a organização católica e é chamado a viver e a trabalhar a partir da matriz católica e, em particular, inaciana. No caso de funcionários, é uma preferência, mas não fator excludente, exceção feita na gestão de voluntários/projetos, onde de facto consideramos que, uma vez que o gestor desenvolve não só o acompanhamento dos projetos, mas também acompanhamento individual do voluntário e, portanto, é necessária experiência de vivência de fé, e muito em particular do nosso modo de atuar (Agência Ecclesia, 2024).”

A fé é um elemento crucial no agir da organização dos voluntários e trabalhadores da mesma porque, para realizar desenvolvimento, é necessário experienciar a fé; não se trata apenas de acompanhar projetos, mas de estar comprometido com o empenhamento em que a sua fé implica o olhar e cuidado de toda a criação com justiça, é mais do que simplesmente fazer viver a fé, e cada voluntário deve estar numa condição de predisposição nos ambientes onde vão estar inseridos. Um ambiente de simplicidade e de proximidade às comunidades em sintonia com o contexto socioeconómico. Sendo que os pré-requisitos, ser cristão, mas no caso dos voluntários, estes antes de partirem frequentam uma formação de 1 ano, durante o qual passam simultaneamente por um processo de discernimento.

De acordo com a resposta, é possível verificar que a fé e os princípios religiosos são um aspeto central, visto que é necessário estar à disposição do serviço das comunidades locais e viver em comunidade, num espírito de partilha e simplicidade. Nessa formação, são fornecidas perspetivas para abraçar o desafio de aprofundar a relação com o mundo, com os outros e com Deus, e para uma vida de serviço ao

desenvolvimento, de procura do melhor para os caminhos de transformação em Portugal ou em África. A formação destes principais agentes passa por um autoconhecimento individual e sobre Deus. Mesmo no terreno e nas missões, a oração faz parte dos ritos, sendo que acreditam que é uma fonte de esperança e o motor para permanecer a longo prazo, com Deus e em comunidade, partilhando a fé e o desejo de realizar desenvolvimento.

O objetivo é esse mesmo de ser leigos, segundo André Patrício, ex-voluntário: “A lógica é de continuidade e cada voluntário, antes do seu próprio nome, é leigo. Os nomes e as pessoas passam, mas os Leigos [para o Desenvolvimento] continuam. Os leigos são pessoas comprometidas da Igreja no coração do mundo, estando na linha da frente. São agentes de transformação, facilitadores de processo.”

A questão de juntar e conciliar o aspeto evangelismo e o trabalho voluntariado, contudo, no fundo, são considerados os dois; o objetivo principal é o desenvolvimento das comunidades, independentemente do contexto das mesmas, o foco são as necessidades sociais.

Logo, a questão religiosa não é fator diferenciador, mas agregador e, por isso, a resposta é sempre de participação e inclusão, segundo Luísa Trindade. O exemplo prático disso mesmo é o Grupo Comunitário, uma comunidade onde vivem e trabalham pessoas que professam vários credos, sendo que um dos projetos base que temos, o Grupo Comunitário, reúne todas as forças que atuam numa comunidade, que inclui escolas, centros de saúde, associações formais e informais, mas também as várias igrejas, para que em conjunto identifiquem os problemas que assolam a comunidade e encontrem formas endógenas de os resolver

3.1.4. Financiamento e Legitimidade

Sendo uma organização vinculada ao trabalho de comunidade, e com várias parcerias com as dioceses locais, demonstra ter um fator de confiança e transparência para alguns financiadores, mas principalmente para alguns mecenas que valorizam o papel social e de intervenção da Igreja Católica. Para os *stakeholders*, pode ser visto como sinal de confiança.

O que transporta para as questões associadas à legitimidade da organização, a entrada

numa comunidade por via de uma Paróquia ou diocese faz com que haja maior abertura pelas comunidades e pelas autoridades ,por tendência, locais ,que, nestes países onde intervimos, ainda é vista como uma entidade de confiança e que traz algum tipo de ajuda e apoio. Por norma, contribui para facilitação de reuniões com autoridades locais, ou na capacidade para utilização de algum espaço para realizar alguma atividade ou reunião.

Na conceção teórica de Clarke e Jennings (2015), os Leigos para o Desenvolvimento podem integrar-se como uma organização *faith-secular partnership*. A colaboração com diferentes atores, incluindo igrejas de outras confissões e entidades públicas, demonstra uma abertura ecuménica e uma prática efetiva de diálogo inter-religioso, promovendo a coesão social e a construção de redes sólidas de apoio comunitário.

Além disso, a dimensão espiritual influencia não só a motivação e o compromisso dos voluntários, mas também estrutura a metodologia de intervenção, centrada na simplicidade, na gratuidade, na proximidade e no respeito pela dignidade humana. A atuação dos LD destaca-se pelo desenvolvimento a longo prazo, pela aposta na capacitação local e pelo envolvimento ativo das comunidades, criando relações de confiança que potenciam a sustentabilidade e a determinação das mesmas, acreditando que esta é uma responsabilidade religiosa e social. No caso dos Leigos para o Desenvolvimento, observa-se que os desafios posteriormente mencionados são enfrentados e esbatidos, nomeadamente no que diz respeito à acusação de proselitismo, uma vez que são duas atividades com significados bem definidos e claramente separados.

Trata-se de uma organização que presta contas, através da sistematização de dados sobre o seu impacto no terreno, nomeadamente através de relatórios de atividades e de contas. Este facto contribui para uma atuação transparente e para o reforço da legitimidade da organização no contexto da cooperação internacional.

Destaca-se pela forma como tem concretizado as suas missões e pela autonomização dos projetos, permitindo fornecer alicerces para a gestão local. A mobilização de esforços, ao perceber as características das comunidades, tem permitido um alocamento mais eficaz de meios técnicos, humanos e financeiros para a reabertura de novas missões. A sua atuação vai além da saúde e da educação, integrando e promovendo iniciativas culturais, como a publicação de livros, incentivo a representações teatrais, leilões, entre outros. Pela sua atuação, foram estabelecidas novas parcerias estratégicas e obtidos novos

financiamentos, delineando possíveis caminhos para iniciativas futuras. Um percurso que tem plantado sementes de mudança num número significativo de beneficiários diretos e indiretos por meio dos projetos implementados, funcionando como motor para vários voluntários, através do investimento em mais iniciativas e na gestão de voluntariado, sendo que o número tem aumentado (Leigos para o desenvolvimento, 2022). Permite o incremento do empreendedorismo local e o apoio à edificação de negócios locais. A sua presença nas redes sociais tem crescido, o que permite a ampliação do alcance. O número de doadores particulares tem aumentado, bem como o de instituições e empresas: a última comunicação dos resultados demonstrou que 25 000 pessoas foram apoiadas, 460 voluntários envolvidos, 13 projetos realizados, com o apoio de 125 entidades envolvidas e de 1 062 doadores particulares. Os LD continuarão a iluminar e a servir de exemplo, provando que uma base religiosa, nas suas abordagens ao desenvolvimento, continua a abrir novas portas e caminhos nas comunidades locais (Leigos para o Desenvolvimento, 2024).

4. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar o impacto das bases religiosas nas abordagens de desenvolvimento e cooperação internacional, tendo como referência o caso da ONGD Leigos para o Desenvolvimento. Este estudo demonstrou que a adoção de uma base religiosa por parte destes atores influencia as abordagens de desenvolvimento e cooperação.

A doutrina que gera a organização, neste caso princípios cristãos, molda a sua atuação. Primeiramente, o foco dos beneficiários desta atuação é moldado pelos princípios, neste caso inicianos, sendo os mais vulneráveis dignos de total atenção. Na relação mais próxima com as comunidades locais, como as intervenientes religiosas, tal como igrejas, permitem que haja maior abertura pelas comunidades e autoridades locais. A motivação espiritual dos membros e voluntários da organização contribui para uma entrega comprometida, com resiliência em contextos difíceis. A identidade religiosa confere legitimidade junto das comunidades beneficiárias, o que facilita a criação de vínculos de confiança, sobretudo em territórios onde a religião tem um papel social relevante. Devido à sua inserção em redes religiosas e sociais locais, as ONGD de base religiosa conseguem atuar em territórios por vezes de difícil acesso para outras organizações.

No entanto, as ONGDs de base religiosa religiosas como analisado, enfrentam desafios específicos: a necessidade de conciliar a identidade confessional, o risco de proselitismo ou de perceções negativas por parte de comunidades multirreligiosas; a escassez de dados empíricos sistematizados sobre o seu impacto, o que prejudica o reconhecimento do seu contributo. Contudo, apesar dos constrangimentos identificados, através da sustentação dos instrumentos metodológicos, foi possível observar que, no caso dos Leigos para o Desenvolvimento, é possível ultrapassar os mesmos.

Tendo em conta as limitações identificadas, como a escassez de dados empíricos nesta esfera, o apelo a futuras investigações é necessário, de modo a aprofundarem a comparação entre diferentes ONGD de base religiosa, pertencentes a diversas tradições religiosas, a fim de compreender se os padrões de atuação. Seria igualmente pertinente, desenvolver estudos que integrem de forma mais sistemática a perspetiva dos beneficiários das intervenções, de modo a avaliar o impacto percebido destas

organizações e a influência concreta da espiritualidade na criação de vínculos de confiança e na eficácia das ações no terreno.

O estudo aprofunda um campo de investigação ainda pouco explorado em Portugal: a interseção entre a perspetiva religiosa nas abordagens de desenvolvimento pelas instituições da sociedade civil, permitindo contribuir como um pequeno grão de areia científico para a “praia” de conhecimento de Cooperação e Desenvolvimento Internacional a nível nacional. A dissertação reforça a importância de considerar a dimensão religiosa como variável analítica e de mergulhar de forma legítima, de modo a integrar este fator tão relevante para o desenvolvimento de tantas comunidades, contribuindo para o abrir portas para a integração de novas perspetivas e mudanças de paradigmas na ótica de desenvolvimento.

O objetivo de integrar a base religiosa nas abordagens de desenvolvimento assenta na compreensão de que esta está profundamente interligada com as decisões tomadas e com os agentes responsáveis pela sua implementação. As organizações não governamentais de base religiosa constituem intervenientes singulares na comunidade de desenvolvimento e cooperação internacional, uma vez que combinam um enraizamento profundo nas comunidades locais com um alcance global.

As suas amplas redes de apoio conferem-lhes um papel relevante na sensibilização pública. Pela sua presença consistente no terreno, estas organizações refletem uma perspetiva de que o desenvolvimento é, também, uma missão com dimensão espiritual, na qual a dignidade humana ocupa o centro das preocupações e ações.

Os motivos, abordagens, fundamentos que conduzem à realização de desenvolvimento constituem um enigma complexo que exige uma compreensão profunda. Entre as múltiplas rotas possíveis, a religião destaca-se como uma via significativa como já observado. As consequências dessa abordagem podem, de diversas maneiras, impactar os destinatários e moldar os resultados das intervenções. Se o objetivo é compreender abordagens de desenvolvimento e cooperação internacional, torna-se fundamental considerar a influência deste fator, uma vez que ele pode condicionar profundamente tanto os processos de intervenção como os resultados alcançados.

Ao aprofundar a análise do caso dos Leigos para o Desenvolvimento, ficou evidente que a espiritualidade pode constituir um motor de compromisso social, legitimidade

comunitária e eficácia operacional. Assim, a inclusão da dimensão religiosa nas abordagens de desenvolvimento não deve ser ignorada, mas antes compreendida e integrada, enquanto variável legítima e estruturante da cooperação internacional contemporânea.

A sua integração, represente um passo necessário, nos estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional de modo a compreender melhor, um dos, vários caminhos através dos quais se concretiza o bem comum.

Referências bibliográficas

Adams, N. (2015). *Faith and Development in Focus: Bangladesh*. USA: Berkley Center for religion, Peace, and World Affairs, Georgetown University
<https://berkleycenter.georgetown.edu/publications/faith-and-development-in-focus-bangladesh>

Agência ECCLESIA. (2024). *Missão: Leigos para o Desenvolvimento procuram voluntários internacionais com o desafio “Novo ano, sonhos por realizar?”*
<https://agencia.ecclesia.pt/portal/missao-leigos-para-o-desenvolvimento-procuram-voluntarios-internacionais-com-o-desafio-novo-ano-sonhos-por-realizar/>

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 41(3), 475–497. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032003000300006>

Baião, J. M. C. (2014). *O diagnóstico sociológico da ação estratégica das Misericórdias do distrito de Beja* (Tese de mestrado, Universidade de Évora). Repositório da Universidade de Évora. Recuperado de https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11411/1/Tese_Jos%C3%A9%20Manuel%20Bai%C3%A3o.pdf

Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. 3ª edição. Lisboa: Gradiva.
<https://soclogos.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/09/como-realizar-um-p-de-investigac3a7ao-bell.pdf>

Berger, J. (2003). *Religious non-governmental organizations: An exploratory analysis*. UK: Harvard University.
https://www.academia.edu/7776029/Religious_Nongovernmental_Organizations_An_Exploratory_Analysis

Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
https://www.academia.edu/51313315/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_COMPLETO

Bompani, B. (2019). Religion and development: Tracing the trajectories of an evolving sub-discipline. *Progress in Development Studies*, 19(3), 171–185. <https://doi.org/10.1177/1464993419829598>

Braga, E. L., Santos, V., & Braga, A. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, 2(1), [páginas do artigo se disponíveis]. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679toda> (Não está no texto)

Carvalho, A. (2018). A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas. *O Mundo Crítico*, 1(18), 35–58. https://mundocritico.org/wp-content/uploads/2021/05/03_mundo_critico.pdf

Clarke, G. (2006). Faith matters: Faith-based organisations, civil society and international development. *Journal of International Development*, 18(6), 835–848. https://www.researchgate.net/publication/23992484_Faith_Matters_Faith-Based_Organisations_Civil_Society_and_International_Development

Clarke, M., & Ware, V.-A. (2015). Understanding faith-based organizations: How FBOs are contrasted with NGOs in international development literature. *Progress in Development Studies*, 15(1), 37–48. <https://doi.org/10.1177/1464993414546979>

Dicklitch, S., & Rice, H. (2004). *The Mennonite Central Committee (MCC) and faith-based NGO aid to Africa. Development in Practice*, 14(5), 660–672. <https://doi.org/10.1080/0961452042000239805>

Dotsey, S., & Kumi, E. (2019). Does religious faith matter in development practice? Perspectives from the Savelugu-Nanton District in Northern Ghana. *Forum for Development Studies*, 47(4), 571–594. <https://doi.org/10.1080/08039410.2019.1685591>

Dowden, T. (2012). Religions and development: A paradigm shift or business as usual? *Development in Practice*, 22(5), 618–626. <https://doi.org/10.1080/09614524.2012.697224>

Durkheim, E. (1982). *The rules of sociological method*. The Free Press. https://monoskop.org/images/1/1e/Durkheim_Emile_The_Rules_of_Sociological_Method_1982.pdf Chiado editora:

Fagan, H., & Munck, R. (s/data). Development and imperialism: Rethinking old concepts for a new age. In *Handbook on Development and Social Change* (pp. 44–62). Edward Elgar Publishing. <https://www.e-elgar.com/shop/gbp/handbook-on-development-and-social-change-9781786431547.html>

Ferris, E. (2005). Faith-based and secular humanitarian organizations. *International Review of the Red Cross*, 87(858), 311–325. <https://doi.org/10.1017/S1816383100181395>

Fundação Calouste Gulbenkian (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/82Est_PCA_Diagnostico_ONGPortugal2015.pdf

Garamond, A., Vieira, E., & Santos, M. (2008). Desenvolvimento económico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>

Green, J. (2020). *Faith-Based Organizations in Sub-Saharan Africa: Negatives, Positives, and Recommendations for Effective Promotion of Human Rights* (Working Paper No. 8). McGill Centre for Human Rights and Legal Pluralism, McGill University. Disponível em https://www.mcgill.ca/humanrights/files/humanrights/green_julia_ihrip_v8_2020.pdf

HEIST, D., & Cnaan, R. A. (2016). Faith-based international development work: A review. *Religions*, 7(3), 19. <https://doi.org/10.3390/rel7030019>

Helferich, C. (2006). *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. https://books.google.pt/books?id=RvS9PgAACAAJ&redir_esc=y

Heuser, A., & Koehrsen, J. (Eds.). (2020). *Does religion make a difference? Religious NGOs in international development collaboration*. *Falta o resto da referência*

Howerth, I. W. (1903). What is religion? *International Journal of Ethics*, 13(2), 185–206. <https://www.jstor.org/stable/2376451>

<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>

Huntington, S. (1996). The clash of civilizations and the remaking of world order. Simon & Schuster.
<https://msuweb.montclair.edu/~lebelp/1993SamuelPHuntingtonTheClashOfCivilizationsAndTheRemakingofWorldOrder.pdf>

James, R. (2009). What is distinctive about FBOs? *Praxis Paper* 22, 2–22. <https://had-int.org/wp-content/uploads/2023/04/What-is-distinctive-about-FBOs-INTRAC.pdf>

Jennings, M., Clarke, M., Feeny, S., Westhorp, G., & Donohue, C. (2015). A potent fuel? Faith identity and development impact in World Vision community programming. *Development in Practice*, 25(1), 78–92. <https://doi.org/10.1080/09614524.2015.1116582>

Klingebiel, S., Mahn, T. C., & Negre, M. (2016). The fragmentation of aid: Concepts, measurements and implications for development cooperation. *Palgrave Macmillan*.
https://www.researchgate.net/publication/308031725_The_Fragmentation_of_Aid_Concepts_Measurements_and_Implications_for_Development_Cooperation

Kurti, L., Whelan, A., & Zwi, A. (2004). Faith in international development: Evaluating the effectiveness of faith-based NGOs. *Development Bulletin*, (64), 88–91. https://www.researchgate.net/publication/297791466_Faith-Based_International_Development_Work_A_Review

Leigos para o Desenvolvimento. (2020). *Relatório de atividades 2019* [PDF]. https://pontosj.s3.eu-west-2.amazonaws.com/wp-content/uploads/sites/14/custom/leigos_relatorio_atividades_2019.pdf

Leigos para o Desenvolvimento. (2022). *Relatório de atividades 2022*. <https://www.leigos.org/relatorio-atividades-2022.pdf>

Leigos para o Desenvolvimento. (2023). *Missão e Valores*. <https://www.leigos.org/missao-e-valores/> (O estudo tem as referências mas sem a data)

Leigos para o Desenvolvimento. (2023, setembro). *Comunicação de resultados e impactos de 2022* [PDF]. https://content.pontosj.pt/wp-content/uploads/sites/14/2023/09/08150750/Comunicacao-Resultados-2022_digital.pdf

Leigos para o Desenvolvimento. (2024). *Relatório de Atividades I* [PDF]. Leigos para o Desenvolvimento.

<https://content.pontosj.pt/wp-content/uploads/sites/14/2025/06/05121435/Relatorio-de-Atividades-1.pdf>

Leigos para o Desenvolvimento. (*Peça de resultados*) 2024
<https://content.pontosj.pt/wp-content/uploads/sites/14/2025/06/05142941/Peca-de-Resultados-2024-346-x-143-mm.pdf>

Leigos para o Desenvolvimento. (s/data). *Missão São Tomé e Príncipe*. Pontos SJ.
<https://pontosj.pt/leigos/missao-sao-tome-e-principe/>

Leigos para o Desenvolvimento. (s/data). *Missão Timor-Leste*. Pontos SJ.
<https://pontosj.pt/leigos/missao-timor-leste/>

Leigos para o Desenvolvimento. (s/data). *Missão Moçambique*. Pontos SJ.
<https://pontosj.pt/leigos/missao-mocambique/>

Leigos para o Desenvolvimento. (s/data.). *Missão Angola*. Pontos SJ.
<https://pontosj.pt/leigos/missao-angola/>

Leigos para o Desenvolvimento. (s/data.). *Missão Portugal*. Pontos SJ.
<https://pontosj.pt/leigos/missao-portugal/>

Lopes, C. (2004). Para uma nova abordagem sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional. *Nova Defesa*, 109(2), 175–201.
<https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/download/39256/27199/176064>

Lunn, J. (2009). The role of religion, spirituality and faith in development: A critical theory approach. *Third World Quarterly*, 30(5), 937–951.
<http://www.jstor.org/stable/40388160>.

Marshall, K. (2001). Development and religion: A different lens on development debates. *Peabody Journal of Education*, 76(3–4), 339–375.
<https://doi.org/10.1080/0161956X.2001.9682003>

Melo, M. F. (2013). Panorama da profissionalização do terceiro setor em Portugal. *International Journal on Working Conditions*, 5, 60–77.
https://ricot.com.pt/artigos/1/IJWC.5_MFMelo_59.78.pdf

Melo, V. (2022). O desenvolvimento como lógica colonial: Celso Furtado e a construção de um pensamento alternativo a partir do Sul Global. *Oikos*, 1(3). <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/54597>

Miller, M. (2015). *Models of faith: The role of faith-based organizations in international development* [Dissertação de Mestrado, Concordia University, Portland]. https://digitalcommons.csp.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1016&context=cup_commons_grad_ids

Mohd-Noor, A. L., & Md Nawi, N. H. (2016). Faith-based organisations (FBO): A review of literature on their nature and contrasting identities with NGO in community development intervention. *European Journal of Economics and Business Studies*, 4(1), 14–28. <https://doi.org/10.26417/ejes.v4i1.p14-28>

Mundo Crítico. (2019). *Cooperação para o desenvolvimento: interesses nacionais ou agenda do bem comum?* Mundo Crítico, (3), 1–2. https://mundocritico.org/wp-content/uploads/2021/05/03_mundo_critico.pdf

Nordung, N. (2009). *The role of religion in development cooperation*. Sida. <https://cdn.sida.se/publications/files/sida52482en-the-role-of-religion-in-development-cooperation.pdf>

Partnership on Religion and Development. (2024, May). *Development and faith: Where mind, heart, and soul work together* (PDF). <https://www.partner-religion-development.org/wp-content/uploads/2024/05/development-and-faith.pdf>

Paulo VI. (1967). *Populorum progressio* [Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos]. Vaticano. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

Pereira, L. (2007). Conceito histórico de desenvolvimento econômico. Escola de Economia. <https://core.ac.uk/download/pdf/6485398.pdf>

Pereira, T. (2004). Encruzilhada de solidariedades. In *A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais – 30 anos do CIDAC* (pp. 1–14). CIDAC. <https://www.cidac.pt/files/9013/8434/2125/Solidariedades.pdf>

Pessanha, M. G. (2019). As organizações não governamentais para o desenvolvimento portuguesas perante tendências globais [Dissertação de Mestrado,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19462/1/master_mariana_garcia_pessanha.pdf

Petersen, M. J. (2019). *Exploring and working with faith-based organisations: An analysis of practices in selected EU member states*. Danish Institute for Human Rights. https://www.humanrights.dk/files/media/migrated/juul_petersen_2019_working_with_fbos.pdf

Pires, C. S. (2017). Crescimento económico e o Índice de Desenvolvimento Humano: uma análise centrada nos países da Zona Euro [Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15576/4/master_carina_silveira_pires.pdf

Plataforma Portuguesa das ONGD. (2014). *Guia das ONGD*. <https://www.plataformaongd.pt>

Quintas, S. (2014). *Capacitar para desenvolver: O papel das ONGD Portuguesas*. [Tese de Mestrado]. Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/28891/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sara%20Quintas.pdf>

Rebola, C. (2004). *Funcionamento e sustentabilidade das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão]. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/607>

Ribeiro, M., & Marques, S. (2002). Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajectória e dinâmicas. *Lusotopie*, 9(1), 131–143. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_1_1479

Rist, G. (2003). *The history of development: From Western origins to global faith* (3rd ed.). Zed Books. https://archive.org/details/risthistoryofdevelopment_201911

Rist, G. (2007). Development as a buzzword. *Development in Practice*, 17(3), 485–491. <https://doi.org/10.1080/09614520701469328>

Rodney, W. (1973). *How Europe underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture Publications. Rodney, W. (1972). *How Europe underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture Publications. https://www.oozebap.org/biblio/pdf/2011/walter_rodney.pdf

Sangreman, C. (2004). *O desenvolvimento e o bem-estar na África Subsaariana: alternativas de medida e avaliação no caso da cidade de Bissau, República da Guiné-Bissau* (VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Aveiro). Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Carlossangreman.pdf>

Schleiermacher, F. (1893). *On religion: Speeches to its cultured despisers* (J. Oman, Trans.). Kegan Paul, Trench, Trübner & Co. <https://www.ccel.org/ccel/s/schleiermach/religion/cache/religion.pdf>

Seers, D. (1969). The meaning of development. *International Development Review*, 11(4), 3–4. <https://www.jstor.org/stable/44478865>

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. UK: Oxford University Press. <http://www.c3l.uni-oldenburg.de/cde/OMDE625/Sen/Sen-intro.pdf>

Sider, R. J., & Unruh, H. R. (2004). *Typology of religious characteristics of social service and educational organizations and programs. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 33(1), 109–134. <https://doi.org/10.1177/0899764003257494>

Spies, E., & Schrode, P. (2020). Religious engineering: Exploring projects of transformation from a relational perspective. *Religion*. <https://doi.org/10.1080/0048721X.2020.179205>

Swart, I., & Nell, E. (2016). Religion and development: The rise of a bibliography. *HTS Teologiese Studies*, https://www.researchgate.net/publication/310839299_Religion_and_development_The_rise_of_a_bibliography

Thomas, S. (2004). Building communities of character: Foreign aid policy and FBOs. https://www.researchgate.net/publication/236751064_Building_Communities_of_Character_Foreign_Aid_Policy_and_Faith-Based_Organizations

Thomsen, Jørgen. (2017). The sustainable development goals as space and sparring partner for religious actors in development. *Ny Mission* 32: 25–33. https://www.partner-religion-development.org/wp-content/uploads/2023/10/Religion_and_Development_2022-1_PaRD.pdf

Todaro, M., & Smith, S. (2012). *Economic development* (11th ed.). Pearson. [https://fenix.iseg.ulisboa.pt/downloadFile/1688983004254969/Economic%20Development,%2011th%20Edition%20\(The%20Pearson%20Series%20in%20Economics\)%20by%20Michael%20P.%20Todaro,%20Stephen%20C.%20Smith%20\(z-lib.org\).pdf](https://fenix.iseg.ulisboa.pt/downloadFile/1688983004254969/Economic%20Development,%2011th%20Edition%20(The%20Pearson%20Series%20in%20Economics)%20by%20Michael%20P.%20Todaro,%20Stephen%20C.%20Smith%20(z-lib.org).pdf)

Tomalin, E. (2020). Global aid and faith actors: The case for an actor-oriented approach to the 'turn to religion'. *International Affairs*, 96(2), 323–342. <https://doi.org/10.1093/ia/iiaa006>

Truman, H. (1947). Discurso de Truman. *Address before a joint session of Congress* [Speech]. National Archives. <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>

Tsafe, H. I. (2018). Faith-based organizations: Instruments for achieving sustainable development in Nigeria. *Zaria Journal of Educational Studies*, 10(1), 1–12. <https://zarjes.com/ZAJES/article/view/407>

Ver, K. A. (2000). Spirituality: A development taboo. *Development in Practice*, 10(1), 31–43. <https://doi.org/10.1080/09614520052484>

Weber, M. (1905). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (T. Parsons, Trad.). Routledge. <https://gpde.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/03/MAX-WEBER.pdf>

Wilber, C. K., & Jameson, K. P. (1980). Religious values and social limits to development. *World Development*, 8(7–8), 467–479. https://www.researchgate.net/publication/223111128_Religious_values_and_social_limits_to_development

World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. UK: Oxford University Press. <https://global.oup.com/academic/product/our-common-future-9780192820808>

Yin, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods* (2nd ed.). Sage Publications. https://iwansuharyanto.wordpress.com/wpcontent/uploads/2013/04/robert_k_yin_case_study_research_design_and_mebookfi-org.pdf